

# Geografando



**parlamentares federais baianos  
na legislatura 2019-2023**

Q5

Questão agrária e produção do espaço - Geografando os parlamentares federais baianos na legislatura 2019-2023. [recurso eletrônico] / Aline dos Santos Lima ... [et al.], coordenadora. - 2023.

57 p. : il. color. (v. 1, n. 1)

Publicação referente ao projeto de pesquisa Geografando os parlamentares federais baianos: legislatura 2019-2022 e a produção do espaço agrário - Edital PIBI-IF Baiano n. 105/2021 - Chamada Interna PROPES n. 08/2021.

1. Geografia agrícola. 2. Geografia (Organização de Espaço). 3. Geografia regional. I. Lima, Aline dos Santos. II. Oliveira, Thaissa Soares. III. Calhau, Angela Andrade. IV. Jesus, Aila Cristina Costa de. V. Lourenço, Bruno Mercante.

CDU 911.3:63 – 2. ed.

ALINE DOS SANTOS LIMA  
THAISSA SOARES OLIVEIRA  
ANGELA ANDRADE CALHAU  
AILA CRISTINA COSTA DE JESUS  
BRUNO MERCANTE LOURENÇO

**QUESTÃO AGRÁRIA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO** – Geografando os  
parlamentares federais baianos na legislatura 2019-2023  
v. 1 n. 1 janeiro/dezembro de 2022

Publicação referente projeto de pesquisa Geografando os parlamentares federais baianos: legislatura 2019-2022 e a produção do espaço agrário – Edital PIBIC-IF Baiano n.º 105/2021/Chamada Interna PROPES Nº 08/2021.

Coordenadora: Prof. Dra. Aline dos Santos Lima

SANTA INÊS - BAHIA  
2023

## **EXPEDIENTE**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO *Campus SANTA INÊS***

### **DIREÇÃO GERAL**

Genilda de Souza Lima

### **DIRETORIA ADMINISTRATIVA**

Daniele Silva de Matos

### **COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E CONTÁBIL**

Gilberto Muniz Santos

### **DIRETORIA ACADÊMICA**

André Leonardo Vasconcelos Souza

### **COORDENAÇÃO DE ENSINO**

Tharcilla Braz Alves Pessôa

### **COORDENAÇÃO DE ASSUNTOS ESTUDANTIS**

Ângelo Francisco de Souza Andrade

### **COORDENAÇÃO DE UNIDADES EDUCATIVAS DE CAMPO**

Clovis Vaz Sampaio Filho

### **COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

Edilaine Andrade Melo

### **COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

Bruno Rodrigues da Silveira

### **COORDENAÇÃO DO CURSO DE BACHARELADO EM ZOOTECNIA**

Jeferson do Rosário Almeida

### **COORDENAÇÃO DE EXTENSÃO**

Patricia Moura Neves

### **COORDENAÇÃO DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO**

Wezer Lismar Miranda

---

#### **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – Reitoria**

Rua do Rouxinol, nº. 115, Imbuí, Salvador, Bahia - CEP: 41.720-052

Tel.: (71) 3186-0001

E-mail: gabinete@ifbaiano.edu.br

<https://ifbaiano.edu.br/portal/>

#### **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – *Campus Santa Inês***

BR 420 (Rodovia Santa Inês – Ubaíra), Zona Rural, Bahia - CEP: 45320-000

Tel.: (73) 98128-9734 (Pavilhão Pedagógico)

E-mail: gabinete@si.ifbaiano.edu.br

<https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/santaines/>

## **AUTORAS/AUTOR**

### **ALINE DOS SANTOS LIMA**

Licenciada em Geografia (2007) e Mestre em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional com ênfase em Políticas Públicas de Desenvolvimento Regional/Local (2009) pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) *Campus V - Santo Antônio de Jesus*. Doutora em Geografia (2017) pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Atualmente, é professora do IF Baiano *Campus Santa Inês*; Líder do Grupo de Pesquisa em Questões Agrárias do IF Baiano, NEQA-IF Baiano/CNPq; e pesquisadora do Grupo de Pesquisa GeografAR/POSGEO/UFBA/CNPq. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Agrária, atuando principalmente nos seguintes temas: questões agrárias; movimentos sociais; reforma agrária; educação do/no campo; organização e produção do espaço; impactos do modelo de produção com uso de agrotóxicos; modelo agroalimentar baseado na agricultura familiar.

### **THAISSA SOARES OLIVEIRA**

Licenciada em Geografia pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano *Campus Santa Inês* e Técnica em Meio ambiente pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano *Campus Itapetinga*. Integra o Grupo de Pesquisa em Questões Agrárias do IF Baiano, NEQA-IF Baiano/CNPq.

### **ANGELA ANDRADE CALHAU**

Licenciada em Geografia pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano *Campus Santa Inês* (2016). Especialista em História da África, da Cultura Negra e do Negro no Brasil pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) (2013). Possui bacharelado em Turismo pela Faculdade Zacarias de Góes (2008), Valença-BA. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Geografia e Gestão Escolar. Atualmente, é membro do Grupo de Pesquisa em Questões Agrárias do IF Baiano, NEQA-IF Baiano/CNPq e do EEtnografAR - Etnografias da Educação, do Trabalho e da Geografia dos Povos do Campo UFRB. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Agrária (questões agrárias, movimentos sociais, reforma agrária, organização e produção do espaço). Mestre em Educação do Campo pela UFRB.

### **AILA CRISTINA COSTA DE JESUS**

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Licenciada em Geografia pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano *Campus Santa Inês* (2019). Atualmente, é membro do Grupo de Pesquisa em Questões Agrárias do IF Baiano, NEQA-IF Baiano/CNPq e do Grupo de Pesquisa GeografAR (POSGEO/UFBA/CNPq). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Agrária, atuando principalmente nos seguintes temas: Questão Agrária, Camponato, Agricultura Familiar Camponesa, Produção de alimentos com uso de agrotóxicos e Agroecologia.

### **BRUNO MERCANTE LOURENÇO**

Professor contratado de Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano *Campus Uruçuca*. Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (POSGEO) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Licenciado e Bacharel em Geografia pelo Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas. Atualmente é pesquisador do Grupo de Pesquisa GeografAR - POSGEO/UFBA/CNPq e do Grupo de Pesquisa em Questões Agrárias do IF Baiano - NEQA/CNPQ. Possui interesse nos estudos sobre as relações campo-cidade e rural-urbano; apropriação privada da terra; produção e valorização do espaço.

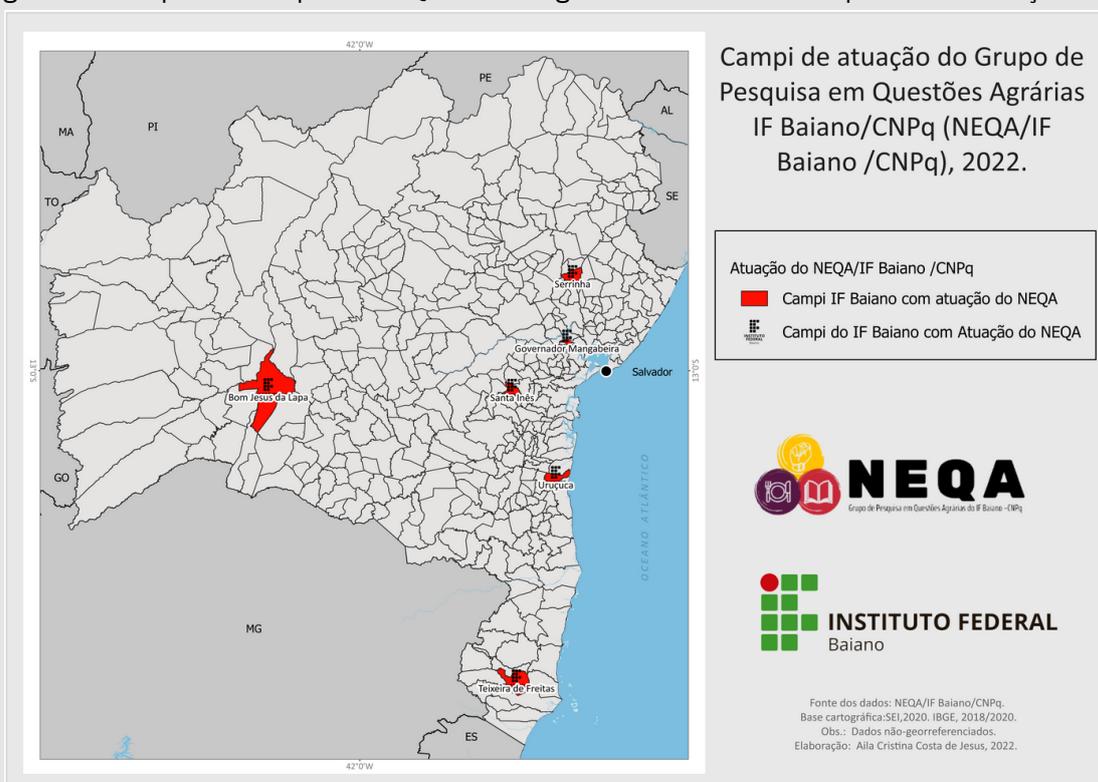
# Sumário

Apresentação .....	6
Perfil socioeconômico e fundiário do Brasil: apontamentos sobre o estado da Bahia .....	12
Nexos entre a questão agrária e os parlamentares que representam a Bahia na Câmara dos Deputados 56ª legislatura (2019-2023) .....	19
Considerações finais.....	45
Referências .....	50
Apêndices .....	54

# Apresentação

**Questão agrária e produção do espaço – Geografando os parlamentares federais baianos: legislatura 2019-2023** é uma publicação do Grupo de Pesquisa em Questões Agrárias do IF Baiano, mais conhecido como NEQA-IF Baiano/CNPq. O Grupo de Pesquisa em Questões Agrárias do IF Baiano é formado por professores, técnicos administrativos, estudantes (do ensino médio integrado ao técnico, graduação e pós-graduação lato sensu), egressos e membros da comunidade externa dos campi de Bom Jesus da Lapa, Governador Mangabeira, Santa Inês, Serrinha, Teixeira de Freitas e Uruçuca (Figura 1).

Figura 01. Grupo de Pesquisa em Questões Agrárias IF Baiano/CNPq: área de atuação (2022)



Fonte: IBGE, 2018/2020.

Elaboração: Aila Cristina Costa de Jesus, 2023.

O Núcleo de Estudos em Questões Agrárias (NEQA) desenvolve atividades no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano) Campus Santa Inês desde 2011. Em junho de 2012, sua criação foi oficializada mediante cadastro no antigo Núcleo de Extensão do Campus. Desde então, o Núcleo segue desenvolvendo suas atividades com base no Regulamento dos Grupos/Núcleos de Estudos do IF Baiano Campus Santa Inês, normatizado pela Portaria nº. 027, de 11 de abril de 2016. Dessa forma, no âmbito do Campus Santa Inês, o NEQA vem sendo reconstituído continuamente através da Portaria nº. 016, de 27 de fevereiro de 2018; Portaria nº. 157, de 17 de setembro de 2018; Portaria nº. 34, de 22/04/2020; Portaria nº. 87, de 16 de setembro de 2022; Portaria nº. 11, de 28 de fevereiro de 2023; e Portaria nº. 99, de 20 de outubro de 2023.

Em fevereiro de 2018, em decorrência do processo de qualificação dos seus integrantes e da expansão do Núcleo para além do Campus Santa Inês, foi solicitado o registro do NEQA no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) que, por sua vez, é vinculado ao Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT). Em consonância com o perfil esperado pelo CNPq/MCT, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (PROPE) do IF Baiano cadastrou o Grupo de Pesquisa em Questões Agrárias do IF Baiano no Diretório dos Grupos de Pesquisa/CNPq.



O IF Baiano possui 82 Grupos de Pesquisa com registro no CNPq e que são normatizados pela Resolução do Conselho Superior (Consup)/IF Baiano nº. 188 de 23 de fevereiro de 2022. Disponível em: <<https://ifbaiano.edu.br/portal/pesquisa/grupos-de-pesquisa/>>. Acesso em 2 ago. 2022.

Para saber mais sobre o NEQA-IF Baiano/CNPq, conferir [aqui](#).

O objetivo do NEQA-IF Baiano/CNPq, é analisar o processo de (re)produção do espaço geográfico no campo em suas distintas temporalidades, espacialidades e territorialidades. Para dar conta dessa intencionalidade, o Grupo está organizado em quatro linhas de pesquisa criadas a partir de 2018, são elas:

Educação  
do/no  
Campo

Tem o propósito de compreender as relações entre a questão agrária no Brasil e a educação; analisar o papel dos movimentos sociais na luta pelo acesso e pela reconfiguração de uma outra concepção de Educação do/no Campo; refletir sobre programas instituídos no campo brasileiro;

Educação  
Popular,  
Educação de  
Jovens e Adultos  
e Movimentos  
Sociais.

Tem o propósito de congrega estudos que se voltam para as complexas relações entre essas áreas tendo como escopo a Questão Agrária com a intenção de refletir sobre o amplo e diverso conjunto de temas que propõem olhar para os movimentos sociais rurais e urbanos, os sujeitos populares, as lutas das pessoas trabalhadoras e a questão de gênero e sexualidade;

Expressões e  
materialidades  
da Questão  
Agrária

Tem o propósito de problematizar os conflitos sócioterritoriais relacionados ao acesso e as disputas pelos bens da natureza, tais como: formas de acesso à terra; formas socioespaciais de produção de alimentos e de criação de animais; papel do sistema eleitoral e da representação política na produção do espaço; forma como o currículo dos cursos de formação de professores e da educação básica abordam as dimensões da questão agrária;

Territorialização  
do capital e  
resistência  
camponesa

Tem o propósito de compreender as distintas formas de produção/reprodução social no campo refletindo sobre as estratégias do capital e as formas de resistência dos sujeitos populares.

Considerando que os sistemas eleitorais e a decisão dos eleitores afetam a produção do espaço, é necessário que as instituições que ofertam ensino-pesquisa-extensão – como o Instituto Federal Baiano – e seus grupos de pesquisa – como o NEQA-IF Baiano/CNPq – construam propostas de natureza científica fomentando a educação para a democracia como ato contínuo, favorecendo, assim, como tão bem colocou Santos (2012), a construção de espaços políticos que ultrapassem o dia das eleições e as campanhas eleitorais. Ademais, é importante que pesquisadores e estudantes de ensino médio, graduação e pós-graduação compreendam aquilo que Porto-Gonçalves (2020) qualificou como relações sociais e de poder que constituem os diferentes grupos/classes que se põem em disputa pela representação política. E, fundamentalmente, é preciso que as instituições e os grupos de pesquisa se empenhem em tornar acessíveis, para a comunidade interna, mas sobretudo para a externa, as pautas e as nuances da correlação das forças políticas que se colocam nas eleições majoritárias e locais.

 Neste sentido, o NEQA-IF Baiano/CNPq vem propondo e executando projetos articulados de ensino-pesquisa-extensão que problematizam a produção/reprodução do espaço agrário, especialmente a partir da reflexão sobre o papel da participação política e do comportamento eleitoral na produção, organização e diferenciação do espaço.

Em setembro de 2018, durante a Assembleia de Base do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica Profissional (SINASEFE) Seção IF Baiano Santa Inês, foi aprovada a proposta de realização da **Roda de Conversa: a educação nas propostas dos candidatos à presidência nas eleições 2018**. A atividade, realizada no Auditório do *Campus* no dia 3 de outubro, contou com a defesa das propostas dos 13 presidenciáveis, o que foi feito por estudantes, professores, técnicos administrativos e egressos<sup>1</sup>.

Essa atividade motivou o NEQA-IF Baiano/CNPq a tratar as implicações do processo eleitoral na produção do espaço. A primeira iniciativa nesta linha ocorreu, em 2019, com a pesquisa **Geografando os parlamentares baianos: legislatura 2015-2018 e a produção do espaço agrário** cadastrada na Coordenação de Pesquisa do IF Baiano Campus Santa Inês e realizada sem financiamento<sup>2</sup>.

Em outubro de 2020, o Grupo de Pesquisa realizou a atividade de extensão intitulada **Roda de Conversas Virtuais – Eleições municipais 2020: novas regras e o papel dos partidos políticos na produção do espaço agrário**. A **Roda de Conversas Virtuais** ocorreu no dia 20 de outubro de 2020 na Plataforma RNP e contou com a participação 33 pessoas da comunidade interna/externa do IF Baiano Santa Inês.

A atividade foi dividida em cinco momentos, a saber: a) apresentação do processo de construção da atividade com a exposição de Aline dos Santos Lima (mediadora); b) apresentação sobre o tema **Democracia e eleições: panorama e regras eleitorais** com a exposição de Gilberto Ferreira Sena Júnior (palestrante e então Técnico em Assuntos Educacionais do IF Baianos *Campus* Governador Mangabeira) que abordou sobre as regras eleitorais e as orientações programáticas das posições políticas dos partidos brasileiros; c) apresentação da situação socioeconômica e das candidaturas ao Legislativo/Executivo no Território de Identidade Vale do Jiquiriçá enfatizando os municípios de Itaquara Jiquiriçá, Mutuípe, Santa Inês e Ubaíra, com a exposição de Clóvis Costa dos Santos (debatedor); d) discussão ampliada e encaminhamento sobre a posição do coletivo frente a necessidade de realização de controle social sobre as ações do Legislativo/Executivo no Vale do Jiquiriçá.

Entre novembro de 2020 e março de 2021, professores pesquisadores<sup>3</sup> do *Campus* Santa Inês ministram o componente **Geografia política das eleições** de forma remota<sup>4</sup> para discentes do Curso de Licenciatura em Geografia.

Essas experiências solidificaram discussões que vem sendo travadas pelo Grupo de Pesquisa ao longo de sua trajetória ao mesmo tempo em que apontaram questões que carecem de problematização e aprofundamento, como as relações que são forjadas na prática social a partir das intencionalidades dos sujeitos que assumem o papel de defender, gerir, estabelecer e executar os interesses da sociedade nas democracias representativas.

Esse contexto subsidiou a construção coletiva e a submissão/aprovação de dois projetos de pesquisa científica. O primeiro, com vigência entre outubro de 2021 e setembro de 2022, foi o projeto **Geografia do voto: eleições 2020 e a produção do espaço agrário no Território de Identidade Vale do Jiquiriçá-Bahia** aprovado no Edital n.º 49, de 21 de maio de 2021 – Concessão de bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/IF Baiano) – Chamada Interna PROPES Nº 02/2021.

O outro projeto – com vigência entre outubro de 2021 e setembro de 2022 e que origina o primeiro volume do periódico **Questão Agrária e produção do espaço –**, intitula-se **Geografando os parlamentares federais baianos: legislatura 2019-2022 e a produção do espaço agrário**, aprovado pelo Edital n.º 105, de 16 de agosto de 2021 – Concessão de bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/IF Baiano) – Chamada Interna PROPES Nº 08/2021.

O projeto **Geografando os parlamentares federais baianos** foi realizado em quatro etapas concomitantes:

#### Formação

Formação da equipe executora<sup>5</sup> através de reuniões de acompanhamento/avaliação do plano de trabalho do Projeto, bem como do processo de seleção, leitura e discussão de referenciais que abordam o tema da questão agrária – tais como Germani (2005; 2021), Stedile (2011; 2012), Castilho (2012; 2018) e Indriunas & Castilho (2021) – e da representação política/eleições – a partir de Castro (2005). Além disso, se recorreu tanto a consulta e o estudo de normativas – Brasil (1988; 1994; 1995; 1997; 2005; 2009) – quanto de documentos institucionais – especialmente as páginas eletrônicas da Câmara dos Deputados, Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e do Instituto Pensar Agro (IPA) – com o propósito de entender o funcionamento da estrutura da representação política no país e subsidiar a compreensão sobre os territórios em disputa no parlamento.

#### Levantamento e sistematização

Levantamento e sistematização de dados com o intuito de compor o perfil socioeconômico e fundiário do estado da Bahia. Para tanto, se recorreu a base de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) através do portal Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) e do Censo Agropecuário 2017. Além disso, se utilizou a base de dados disponível no portal do Grupo de Pesquisa GeografAR<sup>6</sup> que sistematiza informações, dentre outras, sobre as formas de acesso à terra e a estrutura fundiária do estado da Bahia.

Levantamento e sistematização do perfil dos deputados federais eleitos pelo estado da Bahia para o mandato 2019-2023. Ou seja, informações sobre nome completo, nome na urna, data de nascimento/idade, gênero, cor/raça, estado civil, nacionalidade/naturalidade, grau de instrução e ocupação. Com base nas exigências da normativa que estabelece regras as eleições se buscou, ainda, informações como filiação partidária; composição de coligações; limite legal de gastos; e declaração de bens (BRASIL, 1997). Para tanto, se consultou e sistematizou dados a partir dos registros das candidaturas realizadas no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e divulgadas na página eletrônica Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais do Tribunal.

Identificação e sistematização da participação dos deputados federais eleitos pelo estado da Bahia para o mandato 2019-2023 nas comissões da Câmara. Para tanto, se procedeu a consulta e a sistematização de dados e informações realizadas junto aos portais do TSE e da Câmara dos Deputados com a intencionalidade observar nexos entre os parlamentares baianos e a questão agrária.

Com isso, foi observado a vinculação com o espaço rural a partir da ocupação; da associação com entidades/movimentos sociais/organizações; e da participação/votação/proposição em pautas relacionadas a dinâmica do campo. Em outras palavras, se buscou observar se e como os parlamentares abordam/propõem algum aspecto relacionado as expressões da questão agrária que, no século XXI, assume distintas nuances relacionadas aos sujeitos e/ou dinâmicas do/no espaço rural, a saber: agricultura familiar; assentamentos de reforma agrária; educação do campo; grandes obras e projetos de investimento/desenvolvimento (tais como barragem, eólica, ferrovia, mineração, rodovia); populações indígenas; populações ribeirinhas; populações quilombolas; e como pautam a produção de alimentos buscando observar se incentivam a utilização de insumos químicos (agrotóxicos) ou práticas alternativas de produção.

Dessa forma, o presente trabalho se estrutura nas seguintes partes:

**1**

**Perfil socioeconômico e fundiário do Brasil: apontamentos sobre o estado da Bahia**

**2**

**Nexos entre a questão agrária e os parlamentares que representam a Bahia na Câmara dos Deputados na 56ª legislatura (2019-2023)**

## **Perfil socioeconômico e fundiário do Brasil: apontamentos sobre o estado da Bahia**

Parte-se do pressuposto teórico de que o espaço é intrinsecamente político, sendo tanto uma arena de conflitos quanto das normas que permitem o seu controle institucional (CASTRO, 2005). Nesse sentido, o direito ao sufrágio representa, ainda que indiretamente, um certo controle sobre a produção do espaço, uma vez que o voto nas eleições majoritárias<sup>7</sup> no Brasil seleciona, dentre outros, as mulheres e os homens responsáveis por legislar e fiscalizar<sup>8</sup>. Logo, podemos afirmar que os deputados compõem o grupo dos responsáveis por escolher a ação que vai realizar no espaço. Em outros termos, eles são “decididores”, aqueles que podem “escolher o que vai ser difundido e, muito mais, aquele capaz de escolher a ação” que vai se realizar no espaço (SANTOS, 1997, p. 65).

É importante salientar que o espaço geográfico

“é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único no qual a história se dá”, ou seja, interação “como processo e como resultado”. (SANTOS, 1997, p. 51-52).

De um lado, “os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma” (SANTOS, 1997, p. 51-52).

Para se compreender o espaço no âmbito da Geografia com vistas a apreender sua relação com a sociedade é preciso recorrer as categorias de análise. Neste sentido, recorreremos a categoria território. Na medida em que a sociedade manifesta a intenção de se apoderar do espaço há um processo de conformação do território. O território é, portanto, um espaço onde se projetou um trabalho e que está marcado por relações de poder.

Toda a sociedade produz território. O Estado brasileiro – através do Executivo e do Legislativo – produz território quando formula e executa políticas agrícolas e agrárias. Também produz território uma corporação que se instala em países periféricos – como o Brasil – para produzir e comercializar agroquímicos em decorrência da permissividade da legislação. O território também é produzido por agricultores que produzem, processam e comercializam a partir dos estímulos e incentivos de atos normativos propostos por deputados.



O Brasil é um país com uma extensão territorial de 8.515.759,08 km<sup>2</sup> dividido em cinco grandes regiões (Quadro 1): Norte (3.853.840,88 km<sup>2</sup>), Centro-Oeste (1.606.234,47 km<sup>2</sup>), Nordeste (1.554.291,10 km<sup>2</sup>), Sudeste (924.608,85 km<sup>2</sup>)<sup>9</sup> e Sul (576.783,78 km<sup>2</sup>). Na condição de República Federativa, o país é formado pela união de 1 Distrito Federal (DF) e 26 Estados (Quadro 1)<sup>10</sup> que juntos abarcam 5.570 municípios e reúne uma população de 190.755.799 pessoas<sup>11</sup>.

Quadro 1 – Brasil: características socioespaciais do DF e dos Estados da federação

## Região Norte



Norte								
Estados	Capital	Gentílico	Área km <sup>2</sup> (2020)	População estimada (2021)	Densidade Demográfica (hab/km <sup>2</sup> em 2010)	IDH (2010)	Rendimento mensal domiciliar per capita (2020)	Governador/partido 2019-2022
Acre	Rio Branco	Acriano	164.173,431	906.876	4,47	0,663	R\$917	Gladson de Lima Cameli (PP)
Amapá	Macapá	Amapaense	142.470,762	877.613	4,69	0,708	R\$893	Antonio Waldez Góes da Silva (PDT)
Amazonas	Manaus	Amazonense	1.559.167,878	4.269.995	2,23	0,674	R\$852	Wilson Miranda Lima (PSC)
Pará	Belém	Paraense	1.245.870,707	8.777.124	6,07	0,646	R\$883	Helder Zahluth Barbalho (MDB)
Rondônia	Porto Velho	Rondoniense ou rondoniano	237.765,347	1.815.278	6,58	0,690	R\$1.169	Marcos José Rocha dos Santos (PSL)
Roraima	Boa Vista	Roraimense	223.644,527	652.713	2,01	0,707	R\$983	Antônio Oliverio Garcia de Almeida (PSL)
Tocantins	Palmas	Tocantinense	277.423,630	1.607.363	4,98	0,699	R\$1.060	Mauro Carlesse (PHS)

Continuação....

# Região Nordeste



## Nordeste

Estados	Capital	Gentílico	Área km <sup>2</sup> (2020)	População estimada (2021)	Densidade Demográfica (hab/km <sup>2</sup> em 2010)	IDH (2010)	Rendimento mensal domiciliar per capita (2020)	Governador/partido 2019-2022
Alagoas	Maceió	Alagoano	27.830,656	3.365.351	112,33	0,631	R\$796	José Renan Vasconcelos Calheiros Filho (PMDB)
Bahia	Salvador	Baiano	564.760,427	14.985.284	24,82	0,660	R\$ 965	Rui Costa dos Santos (PT)
Ceará	Fortaleza	Cearense	148.894,442	9.240.580	56,76	0,682	R\$ 1.028	Camilo Sobreira de Santana (PT)
Maranhão	São Luís	Maranhense	329.651,495	7.153.262	19,81	0,639	R\$676	Flávio Dino de Castro e Costa (PCdoB)
Paraíba	João Pessoa	Paraibano	56.467,242	4.059.905	66,70	0,658	R\$892	João Azevedo Lins Filho (PSB)
Pernambuco	Recife	Pernambucano	98.067,880	9.674.793	89,63	0,673	R\$897	Paulo Henrique Saraiva Câmara (PSB)
Piauí	Teresina	Piauiense	251.755,485	3.289.290	12,40	0,646	R\$859	José Wellington Barroso de Araújo Dias (PT)
Rio Grande do Norte	Natal	Potiguar, nordestino-rio-grandense, rio-grandense-do-norte	52.809,601	3.560.903	59,99	0,684	R\$1.077	Maria de Fátima Bezerra (PT)
Sergipe	Aracaju	Sergipano ou sergipense	21.938,184	2.338.474	94,35	0,665	R\$1.028	Belivaldo Chagas Silva (PSD)

# Região Centro-oeste



## Centro-oeste

Estados	Capital	Gentílico	Área km <sup>2</sup> (2020)	População estimada (2021)	Densidade Demográfica (hab/km <sup>2</sup> em 2010)	IDH (2010)	Rendimento mensal domiciliar per capita (2020)	Governador/partido
DF	Brasília	Brasiliense	5.760,784	3.094.325	444,07	0,824	R\$2.475	Ibaneis Rocha Barros Júnior (MDB)
Goiás	Goiânia	Goiano	340.242,854	7.206.589	17,65	0,735	R\$1.258	Ronaldo Ramos Caiado (DEM)
Mato Grosso	Cuiabá	Mato-grossense	903.207,050	3.567.234	3,36	0,725	R\$1.401	Mauro Mendes Ferreira (DEM)
Mato Grosso do Sul	Campo Grande	Sul-mato-grossense ou mato-grossense-do-sul	357.147,994	2.839.188	6,86	0,729	R\$1.488	Reinaldo Azambuja Silva (PSDB)

# Região Sudeste



Sudeste								
Estados	Capital	Gentílico	Área km <sup>2</sup> (2020)	População estimada (2021)	Densidade Demográfica (hab/km <sup>2</sup> em 2010)	IDH (2010)	Rendimento mensal domiciliar per capita (2020)	Governador/partido 2019-2022
Espírito Santo	Vitória	Capixaba ou espírito-santense	46.074,447	4.108.508	76,25	0,740	R\$1.347	José Renato Casagrande (PSB)
Minas Gerais	Belo Horizonte	Mineiro	586.513,993	21.411.923	33,41	0,731	R\$1.314	Romeu Zema Neto (NOVO)
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Fluminense	43.750,426	17.463.349	365,23	0,761	R\$1.723	Cláudio Bomfim de Castro e Silva (PL)
São Paulo	São Paulo	Paulista	248.219,481	46.649.132	166,25	0,783	R\$1.814	João Agripino da Costa Dória Júnior (PSDB)

# Região Sul



Sul								
Estados	Capital	Gentílico	Área km <sup>2</sup> (2020)	População estimada (2021)	Densidade Demográfica (hab/km <sup>2</sup> em 2010)	IDH (2010)	Rendimento mensal domiciliar per capita (2020)	Governador/partido 2019-2022
Paraná	Curitiba	Paranaense	199.298,982	11.597.484	52,40	0,749	R\$1.508	Carlos Roberto Massa Júnior (PSD)
Rio Grande do Sul	Porto Alegre	Gaúcho ou sul-rio-grandense	281.707,149	11.466.630	39,79	0,746	R\$1.759	Eduardo Figueiredo Cavalheiro Leite (PSDB)
Santa Catarina	Florianópolis	Catarinense ou barriga-verde	95.730,684	7.338.473	65,29	0,774	R\$1.632	Carlos Moisés da Silva (PSL)

Fonte: IBGE (2021).

Elaboração: Thaissa Soares Oliveira.



Um dos estados da República Federativa do Brasil é a Bahia que, por sua vez, é formado por 417 municípios<sup>12</sup>. Com base no Censo Populacional (IBGE, 2010), o estado da Bahia é o quarto estado brasileiro mais populoso, reunindo 14.016.906 pessoas. A população baiana é majoritariamente urbana – 72% da população vive nas cidades (10.102.476 pessoas) e 28% permanece no campo (3.914.430 pessoas) (IBGE, 2010).

Contudo, entendemos que as atividades agropecuárias constituem uma importante fonte de trabalho e renda para o povo baiano. Assim, não seria aventurado afirmar que parte significativa da população, tanto do campo quanto da cidade, realizam suas condições materiais de existência a partir da produção agrícola através do trabalho realizado em um dos 762.848 estabelecimentos agropecuários compreendendo uma área de 28.020.859 hectares. Em aproximadamente 19% desses quase 800 mil estabelecimentos rurais se utiliza agrotóxicos, o que é realizado pelas 2.106.127 pessoas que estão ocupadas nos mesmos<sup>13</sup> (Quadro 2).

Quadro 2 – Brasil: panorama agropecuário do DF e dos Estados da federação

Nordeste								
Estados	Nº de estabelecimentos agropecuários	Área dos estabelecimentos	Área irrigada	Área irrigada	Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários	Uso de agrotóxicos: utilizou (%)	Uso de agrotóxicos: usa, mas não precisou utilizar (%)	Uso de agrotóxicos: não utilizou (%)
		(hectares)	(hectares)	(nº de estabelecimentos)				
Alagoas	98.542	1.636.712	151.165	6.221	326.913	30%	3%	67%
Bahia	762.848	28.020.859	405.724	93.595	2.106.127	16%	3%	81%
Ceará	394.330	6.908.179	222.900	29.518	928.646	32%	3%	65%
Maranhão	219.765	12.238.489	64.466	7.075	692.870	26%	3%	62%
Paraíba	163.218	3.424.540	97.514	19.228	424.116	31%	4%	65%
Pernambuco	281.688	4.471.219	190.299	39.429	779.727	22%	3%	75%
Piauí	245.601	10.009.858	33.368	14.892	670.321	19%	3%	78%
Rio Grande do Norte	63.452	2.723.148	61.189	9.525	213.883	33%	4%	63%
Sergipe	93.275	1.460.860	29.104	8.450	234.161	28%	3%	69%

Sudeste								
Estados	Nº de estabelecimentos agropecuários	Área dos estabelecimentos	Área irrigada	Área irrigada	Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários	Uso de agrotóxicos: utilizou (%)	Uso de agrotóxicos: usa, mas não precisou utilizar (%)	Uso de agrotóxicos: não utilizou (%)
		(hectares)	(hectares)	(nº de estabelecimentos)				
Espírito Santo	108.014	3.246.763	364.465	46.775	357.258	59%	4%	37%
Minas Gerais	607.557	38.168.688	1.119.842	64.607	1.836.353	27%	2%	71%
Rio de Janeiro	65.224	2.375.373	49.606	16.601	160.571	24%	1%	75%
São Paulo	188.620	16.512.145	1.127.622	33.589	833.195	40%	2%	58%

### Sul

Estados	Nº de estabelecimentos agropecuários	Área dos estabelecimentos	Área irrigada	Área irrigada	Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários	Uso de agrotóxicos: utilizou (%)	Uso de agrotóxicos: usa, mas não precisou utilizar (%)	Uso de agrotóxicos: não utilizou (%)
		(hectares)	(hectares)	(nº de estabelecimentos)				
Paraná	305.154	14.741.967	155.798	16.574	846.642	61%	2%	37%
Rio Grande do Sul	365.094	21.684.558	1.353.142	26.430	992.413	70%	1%	29%
Santa Catarina	183.066	6.448.785	167.243	16.214	501.811	70%	1%	29%

### Centro-oeste

Estados	Nº de estabelecimentos agropecuários	Área dos estabelecimentos	Área irrigada	Área irrigada	Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários	Uso de agrotóxicos: utilizou (%)	Uso de agrotóxicos: usa, mas não precisou utilizar (%)	Uso de agrotóxicos: não utilizou (%)
		(hectares)	(hectares)	(nº de estabelecimentos)				
DF	5.246	257.047	25.626	2.726	21.791	43%	2%	55%
Goiás	152.174	26.275.245	492.390	8.191	490.612	24%	2%	74%
Mato Grosso	118.679	54.922.850	155.775	4.744	422.453	39%	5%	57%
Mato Grosso do Sul	71.164	30.549.179	54.114	2.574	254.971	21%	2%	76%

### Norte

Estados	Nº de estabelecimentos agropecuários	Área dos estabelecimentos	Área irrigada	Área irrigada	Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários	Uso de agrotóxicos: utilizou (%)	Uso de agrotóxicos: usa, mas não precisou utilizar (%)	Uso de agrotóxicos: não utilizou (%)
		(hectares)	(hectares)	(nº de estabelecimentos)				
Acre	37.356	4.232.700	1.826	1.130	126.514	20%	2%	78%
Amapá	8.507	1.506.294	59.034	1.417	31.098	12%	1%	87%
Amazonas	80.959	4.018.578	7.860	5.745	330.719	12%	1%	87%
Pará	281.699	28.419.453	103.343	14.370	979.648	15%	3%	82%
Rondônia	91.438	9.219.883	38.748	8.482	270.812	49%	6%	45%
Roraima	16.846	2.636.279	14.986	1.997	67.070	14%	2%	83%
Tocantins	63.808	15.180.162	147.096	2.280	204.430	23%	14%	74%

Fonte: IBGE (2021).

Elaboração: Thaissa Soares Oliveira.

Na medida em que parcela significativa da população produz sua existência a partir do trabalho no campo é importante observar a produção do espaço geográfico e as relações de poder que são forjadas (território) em torno do uso, da posse e da propriedade da terra. Tais aspectos constituem a chamada questão agrária que, à luz da Geografia (Agrária), pode ser compreendida como a forma que os distintos e antagônicos grupos sociais atuam e se apropriam dos bens da natureza, em especial a terra, mas, também a água, o ar, a biodiversidade, a energia solar, os minerais e os ventos (GERMANI 2005; 2021; STEDILE, 2011; 2012).

Na Bahia, é possível constatar a permanência da questão agrária na medida em que alguns poucos sujeitos/grupos sociais detém o poder (propriedade privada) de se apropriar de grandes porções de terra e de toda riqueza natural que a mesma contém, seja no solo, subsolo ou na superfície. Em outras palavras, a concretude da questão agrária pode ser notada nos conflitos gerados pela concentração da propriedade da terra. Basta observar que a moda na série história 1920-2006 para o Índice de Gini<sup>14</sup> é “forte a muito forte” e que esse indicador no Censo Agropecuário 2006, atingiu a maior marca (0,838) desde 1920, período em que esses dados não eram devidamente confiáveis pela fragilidade na coleta (GERMANI, 2010).

Esse processo decorre da trajetória histórica e social que forjou as bases para o estabelecimento da estrutura e da organização do espaço rural no Brasil, o que foi orientada por um processo de apropriação privada da natureza que garantiu e fortaleceu a concentração da estrutura fundiária como monopólio de classe, enquanto se produziu um elevado número de trabalhadores rurais sem-terra em um país com dimensões continentais (GERMANI, 2005).

## Nexos entre a questão agrária e os parlamentares que representam a Bahia na Câmara dos Deputados 56° legislatura (2019-2023)

Considerando a natureza política do espaço e a diversidade de sujeitos sociais que compõem o estado da Bahia – de um lado, fazendeiros e empresários, do outro, camponeses com suas múltiplas diversidades, ou seja, indígenas, pequenos agricultores, posseiros, ribeirinhos, quilombolas e trabalhadores sem-terra – é pertinente analisar os nexos entre a questão agrária e a ação parlamentar na Câmara dos Deputados.

De acordo com o Artigo 45° da Constituição Federal de 1988 e com a Lei Complementar nº 78/1993, a Câmara dos Deputados é composta por 513 parlamentares eleitos em número proporcional à população de cada Estado e do Distrito Federal, sendo que cada unidade da federação pode eleger entre 8 e 70 deputados (BRASIL, 1988; BRASIL, 1994). A Bahia, na condição de quarto estado brasileiro mais populoso (reúne 14.016.906 pessoas), conseqüentemente, ocupa a quarta posição em número de deputados na 56° legislatura (2019-2023), ou seja, é representado por 39 parlamentares.

Antes de avançar na análise é preciso destacar que, para se candidatar, os políticos precisam se filiar a um partido. Com base no Artigo 1° da Lei 9.096/1995<sup>15</sup>, um partido político é uma pessoa jurídica de direito privado que “destina-se a assegurar, no interesse do regime democrático, a autenticidade do sistema representativo e a defender os direitos fundamentais definidos na Constituição Federal” (BRASIL, 1995). Atualmente, o Brasil possui 32 partidos políticos registrados no TSE<sup>16</sup> (Quadro 3).

Quadro 3 – Brasil: partidos políticos registrados no TSE (2022)

Nº	Sigla	Nome	Deferimento	Presidente nacional	Legenda	Observações
1	AGIR	Agir	22.02.1990	Daniel S. Tourinho	36	TSE aprova mudança de nome do Partido Trabalhista Cristão (PTC) para Agir em 31/03/2022
2	AVANTE	Avante	11.10.1994	Luis Henrique de Oliveira Resende	70	TSE aprova mudança de nome do Partido Trabalhista do Brasil (PTdoB) para Avante em 12/09/2017
3	CIDADANIA	Cidadania	19.03.1992	Roberto João Pereira Freire	23	TSE aprova mudança de nome do Partido Popular Socialista (PPS) para Cidadania em 19/09/2019
4	DC	Democracia Cristã	05.08.1997	José Maria Eymael	27	
5	MDB	Movimento Democrático Brasileiro	30.06.1981	Luiz Felipe Baleia Tenuto Rossi	15	TSE aprova mudança de nome do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) para MDB em 15/05/2018
6	NOVO	Partido Novo	15.09.2015	Eduardo Rodrigo Fernandes Ribeiro	30	
7	PATRIOTA	Patriota	19.06.2012	Ovasco Roma Altimari Resende (1)	51	TSE aprova a incorporação do Partido Republicano Progressista (PRP) ao PATRIOTA em 28/03/2019

Nº	Sigla	Nome	Deferimento	Presidente nacional	Legenda	Observações
8	PCB	Partido Comunista Brasileiro	09.05.1996	Edmilson Silva Costa (2)	21	
9	PCdoB	Partido Comunista do Brasil	23.06.1988	Luciana Barbosa de Oliveira Santos	65	TSE aprova a incorporação do Partido Pátria Livre (PPL) ao PCdoB
10	PCO	Partido da Causa Operária	30.09.1997	Rui Costa Pimenta	29	
11	PDT	Partido Democrático Trabalhista	10.11.1981	Carlos Lupi	12	
12	PL	Partido Liberal	19.12.2006	Valdemar Costa Neto	22	TSE aprova mudança de nome do Partido da República (PR) para PL em 07/05/2019
13	PMB	Partido da Mulher Brasileira	29.09.2015	Suêd Haidar Nogueira	35	
14	PMN	Partido da Mobilização Nacional	25.10.1990	Antonio Carlos Bosco Massarollo	33	
15	PODE	Podemos	02.10.1997	Renata Hellmeister de Abreu	19	TSE aprova a mudança de nome do Partido Trabalhista Nacional (PTN) para PODEMOS em 16/05/2017. TSE aprova a incorporação do Partido Humanista da Solidariedade (PHS) ao PODEMOS em 19/09/2019.
16	PP	Progressistas	16.11.1995	Claudio Cajado Sampaio (3)	11	
17	PROS	Partido Republicano da Ordem Social	24.09.2013	Euripedes Gomes de Macedo Junior (4)	90	
18	PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro	18.02.1997	Julio Cezar Fidelix Cruz (5)	28	
19	PSB	Partido Socialista Brasileiro	01.07.1988	Carlos Roberto Siqueira de Barros	40	
20	PSC	Partido Social Cristão	29.03.1990	Everaldo Dias Pereira	20	
21	PSD	Partido Social Democrático	27.09.2011	Gilberto Kassab	55	
22	PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira	24.08.1989	Bruno Cavalcanti de Araújo	45	
23	PSOL	Partido Socialismo e Liberdade	15.09.2005	Juliano Medeiros	50	
24	PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado	19.12.1995	José Maria de Almeida	16	
25	PT	Partido dos Trabalhadores	11.02.1982	Gleisi Helena Hoffmann	13	
26	PTB	Partido Trabalhista Brasileiro	03.11.1981	Kassyo Santos Ramos (6)	14	
27	PV	Partido Verde	30.09.1993	José Luiz de França Penna	43	
28	REDE	Rede Sustentabilidade	22.09.2015	Heloísa Helena Lima de Moraes	18	
29	REPUBLICANOS	Republicanos	25.08.2005	Marcos Antonio Pereira	10	TSE aprova mudança de nome do Partido Republicano Brasileiro (PRB) para Republicanos em 15/08/2019
30	SOLIDARIEDADE	Solidariedade	24.09.2013	Paulo Pereira da Silva	77	
31	UNIÃO	União Brasil	08.02.2022	Luciano Caldas Bivar	44	TSE aprova o registro do partido União resultante da fusão do DEM e PSL em 08/02/2022
32	UP	Unidade Popular	10.12.2019	Leonardo Pericles Vieira Roque	80	

(1) Vice-presidente no exercício da presidência (Pet 0600319-75.2021.6.00.0000).

(2) Nos termos do § 1º do art. 58 do estatuto do PCB, para fins jurídicos e institucionais, os cargos de Secretário-Geral do Comitê Central e de Secretário Político dos Comitês Regionais e Municipais equiparam-se ao de Presidente do Comitê respectivo.

(3) Presidente em exercício.

(4) 0600666-74.2022.6.00.0000.

(5) Petição Cível 0600739-46.2022.6.00.0000.

(6) Presidente exercício Processo SEI nº 2021.00.000010465-5.

Fonte: TSE (2022).

Elaboração: Aline dos Santos Lima.

É importante, ainda, salientar que a Lei n. 9.504/1997 estabelece normas para as eleições (BRASIL, 1997). A norma, ao tratar do registro de candidatos, indica o seguinte:

Art. 11. Os partidos e coligações solicitarão à Justiça Eleitoral o registro de seus candidatos até as dezenove horas do dia 15 de agosto do ano em que se realizarem as eleições.

§ 1º O pedido de registro deve ser instruído com os seguintes documentos:

I - cópia da ata a que se refere o art. 8º;

II - autorização do candidato, por escrito;

III - prova de filiação partidária;

IV - declaração de bens, assinada pelo candidato;

V - cópia do título eleitoral ou certidão, fornecida pelo cartório eleitoral, de que o candidato é eleitor na circunscrição ou requereu sua inscrição ou transferência de domicílio no prazo previsto no art. 9º;

VI - certidão de quitação eleitoral;

VII - certidões criminais fornecidas pelos órgãos de distribuição da Justiça Eleitoral, Federal e Estadual;

VIII - fotografia do candidato, nas dimensões estabelecidas em instrução da Justiça Eleitoral, para efeito do disposto no § 1º do art. 59.

IX - propostas defendidas pelo candidato a Prefeito, a Governador de Estado e a Presidente da República<sup>17</sup>.



O pleito eleitoral realizado em outubro de 2018, envolveu 8.607 candidatos ao cargo de Deputado Federal (para 513 vagas)<sup>18</sup> e 147.306.275 eleitores<sup>19</sup> aptos a exercer a cidadania através do voto, ou seja, 77% da população segundo o Censo 2010.

Como resultado, a 56ª legislatura (2019-2023) da Câmara dos Deputados é formada por 436 homens (85%) e 77 mulheres (15%) distribuídos em 30 partidos (Figura 2), cujas principais bancadas partidárias são: PT (54 deputados), PSL (52 deputados), PP (38 deputados), PSD (35 deputados), MDB (34 deputados), PR (33 deputados), PSB (32 deputados), PRB (30 deputados), DEM (29 deputados), PSDB (29 deputados) e PDT (28 deputados)<sup>20</sup>.

Deputados eleitos 436 homens (85%) e 77 mulheres (15%)

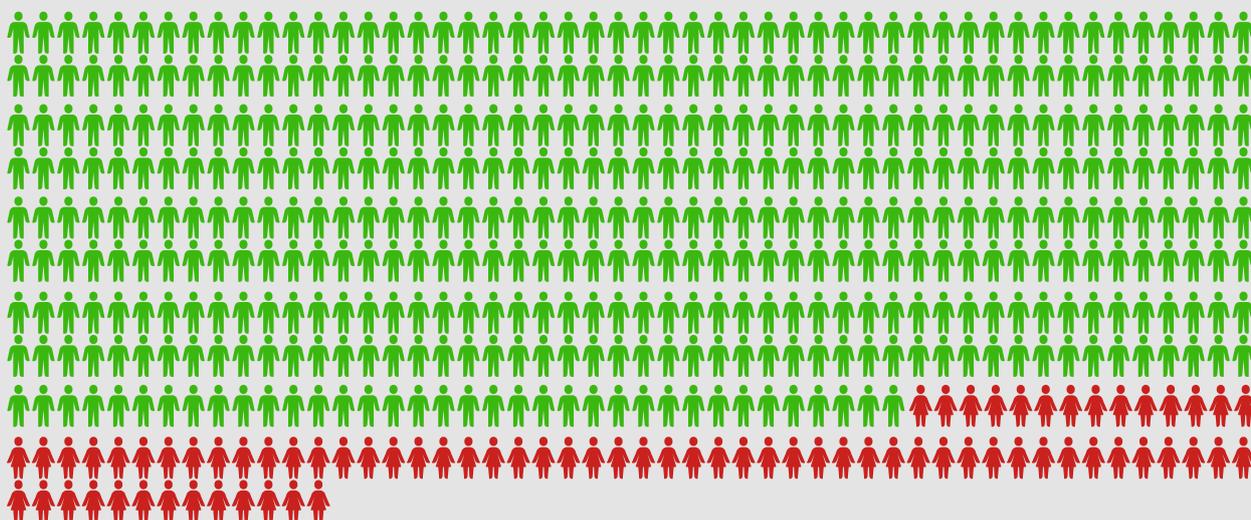
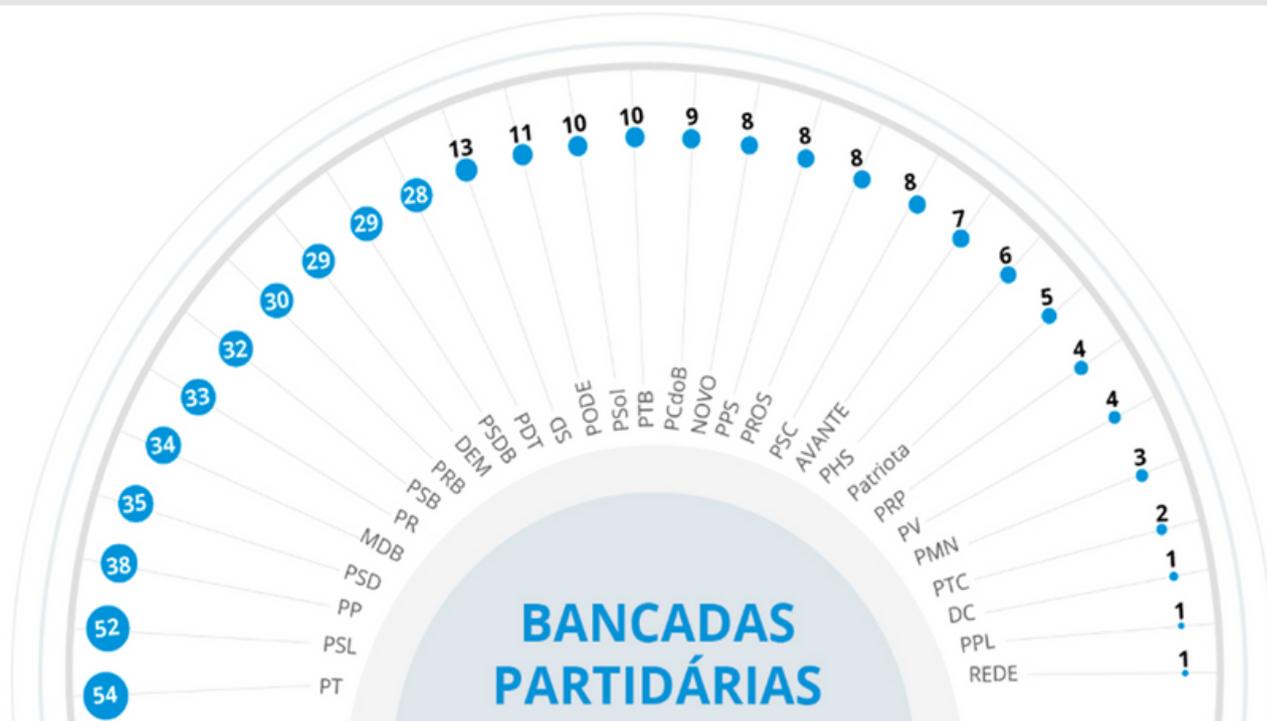


Figura 2 – Brasil: partidos políticos com deputados na Câmara (2019-2023)



Fonte: PCD (2022).

Em 2018, a Bahia elegeu 39 deputados federais para representar o estado na 56ª legislatura (2019-2023) distribuídos em 16 partidos: (Quadro 4).



PT (7 deputados)



PSD (5 deputados)



DEM (4 deputados)



PP (4 deputados)



AVANTE (2 deputados)



PCdoB (2 deputados)



PDT (2 deputados)



PHS (2 deputados)



PR (2 deputados)



PRP (2 deputados)



PSB (2 deputados)



PODE (1 deputado)



PPL (1 deputado)



PRP (1 deputado)



PSDB (1 deputado)



PSL (1 deputada)

Quadro 4 – Bahia: deputados federais eleitos em 2018 para a 56ª legislatura (2019-2023)

Nº	Nome completo	Nome na urna	Partido
1	Adolfo Viana de Castro Neto	Adolfo Viana	PSDB
2	Afonso Bandeira Florence	Afonso Florence	PT
3	Alex Marco Santana Sousa	Alex Santana	PDT* (REPUBLICANOS)
4	Alice Mazzuco Portugal	Alice Portugal	PCdoB
5	Anderson Machado de Jesus	Igor Kanário	PHS* (UNIÃO)
6	Antônio Luiz Paranhos Ribeiro Leite de Brito	Antônio Brito	PSD
7	Arthur de Oliveira Maia da Silva	Arthur Maia	DEM (UNIÃO)
8	Carlos Felipe Vazquez de Souza Leão	Cacá Leão	PP
9	Carlos Tito Marques Cordeiro	Tito	AVANTE
10	Charles Fernandes Silveira Santana	Charles Fernandes	PSD
11	Cláudio Sampaio Cajado	Cláudio Cajado	PP
12	Daniel Gomes de Almeida	Daniel Almeida	PCdoB
13	Dayane Jamille Carneiro dos Santos Pimentel	Professora Dayane Pimentel	PSL (UNIÃO)
14	Elmar José Vieira Nascimento	Elmar Nascimento	DEM (UNIÃO)
15	Felix de Almeida Mendonça Júnior	Félix Mendonça Júnior	PDT
16	João Carlos Bacelar Batista	Bacelar	PODE* (PV)
17	João Carlos Paolilo Bacela Filho	João Carlos Bacelar	PR (PL)
18	João Inácio Ribeiro Roma Neto	João Roma	REPUBLICANOS* (PL)
19	Jorge José Santos Pereira Solla	Jorge Solla	PT
20	José Abílio Silva de Santana	Abílio Santana	PR* (PSC)
21	José Alves Rocha	José Rocha	PL* (UNIÃO)
22	José Cerqueira de Santana Neto	Zé Neto	PT
23	José Marcelo do Nascimento Nilo	Marcelo Nilo	PSB* (REPUBLICANOS)
24	José Nunes Soares	José Nunes	PSD
25	Josias Gomes da Silva	Josias Gomes	PT
26	Leur Antônio de Britto Lomanto Júnior	Leur Lomanto Júnior	DEM (UNIÃO)
27	Lídice da Mata e Souza	Lídice da Mata	PSB
28	Manoel Isidorio de Santana Júnior	Pastor Sargento Isidório	AVANTE
29	Márcio Carlos Marinho	Márcio Marinho	PRB (REPUBLICANOS)
30	Mário Silvio Mendes Negromonte Júnior	Mário Negromonte Jr.	PP
31	Nelson Vicente Portela Pellegrino**	Pelegrino	PT
32	Otto Roberto Mendonça de Alencar Filho	Otto Alencar Filho	PSD
33	Paulo Velloso Dantas Azi	Paulo Azi	DEM (UNIÃO)
34	Raimundo Magalhães Costa	Raimundo Costa	PL* (PODE)
35	Ronaldo Carletto	Ronaldo Carletto	PP
36	Sérgio Luis Lacerda Brito	Sérgio Brito	PSD
37	Uldurico Alencar Pinto	Uldurico Junior	PROS* (MDB)
38	Valmir Carlos da Assunção	Valmir Assunção	PT
39	Waldenor Alves Pereira Filho	Waldenor Pereira	PT

\* Mudou de partido durante a 56ª Legislatura.

\*\* Renunciou ao mandato de Deputado Federal em 16/09/2021.

Fonte: TSE (2020).

Elaboração: Aline dos Santos Lima; Thaisa Soares Oliveira.

Ao longo da 56ª legislatura houve renúncia de mandato, o que ocorreu com o parlamentar Nelson Vicente Portela Pellegrino (PT). Nelson Pelegrino renunciou ao mandato de Deputado Federal em 16 de Setembro de 2021 para assumir o cargo de Secretário de Desenvolvimento Urbano, no Estado da Bahia, a partir de 28 de Novembro de 2019<sup>21</sup>. Conforme matéria do portal do jornal A Tarde, com a saída de Nelson Pelegrino da Câmara dos Deputados, quem assume é Paulo Sérgio Paranhos de Magalhães (PSD)<sup>22</sup>.

Por outro lado, a página da Câmara dos Deputados informa que Paulo Magalhães assumiu, como suplente, o mandato de Deputado Federal, na Legislatura 2019-2023, a partir de 14 de Março de 2019. Afastou-se, em 2 de Outubro de 2019. Reassumiu, como suplente, em 28 de Novembro de 2019. Afastou-se, em 29 de Janeiro de 2021. Reassumiu, como suplente, em 4 de Fevereiro de 2021. Afastou-se, em 1 de Abril de 2022. Reassumiu, como suplente, em 2 de Maio de 2022. Afastou-se, em 9 de Novembro de 2022<sup>23</sup>.

Ocorreu, também, a situação do deputado Joseildo Ribeiro Ramos (PT). Joseildo Ramos assumiu, como Suplente, o mandato de Deputado Federal, na Legislatura 2019-2023, a partir de 13 de Março de 2019. Afastou-se, em 22 de Outubro de 2019. Reassumiu, em 30 de Outubro de 2019. Foi efetivado, em 17 de Setembro de 2021<sup>24</sup>. Outro caso é o de João Antônio Holanda Cladas (PROS). Dr João assumiu, como Suplente, o mandato de Deputado Federal, na Legislatura 2019-2023, a partir de 29 de Maio de 2020. Afastou-se, em 29 de Setembro de 2020<sup>25</sup>. Outro caso semelhante foi o de Joceval Rodrigues dos Santos (PPS). Joceval Rodrigues, assumiu, como Suplente, o mandato de Deputado Federal, na Legislatura 2019-2023, a partir de 13 de Julho de 2022. Afastou-se, em 11 de Novembro de 2022<sup>26</sup>. Não foi possível identificar quem eram os deputados titulares, tampouco as motivações das substituições.

Ocorreu, também, a situação da deputada Eronildes Vasconcelos Carvalho (PRB). Tia Eron, assumiu, como Suplente, o mandato de Deputada Federal, na Legislatura 2019-2023, a partir de 3 de Março de 2021. Afastou-se, em 16 de Novembro de 2021. Reassumiu, como suplente, em 18 de Novembro de 2021. Afastou-se, em 31 de Março de 2022<sup>27</sup>. O titular de Tia Eron era João Inácio Ribeiro Roma Neto (PL)<sup>28</sup>.

Em julho de 2022, os parlamentares em exercício na 56ª legislatura estavam distribuídos em 14 partidos: UNIÃO (7 deputados), PSD (6 deputados), PT (6 deputados), PP (4 deputados), AVANTE (2 deputados), PCdoB (2 deputados), PDT (2 deputados), PL (2 deputados), PODE (2 deputados), REPUBLICANOS (2 deputados), MDB (1 deputado), PSB (1 deputado), PSC (1 deputado), PSDB (1 deputado) (Quadro 5).

Quadro 5 – Bahia: deputados federais da 56ª legislatura (2019-2023) em 07/2022

Nº	Nome completo	Nome na urna	Partido
1	Adolfo Viana de Castro Neto	Adolfo Viana	PSDB
2	Afonso Bandeira Florence	Afonso Florence	PT
3	Alex Marco Santana Sousa	Alex Santana	PDT* (REPUBLICANOS)
4	Alice Mazzuco Portugal	Alice Portugal	PCdoB
5	Anderson Machado de Jesus	Igor Kanário	PHS* (UNIÃO)
6	Antônio Luiz Paranhos Ribeiro Leite de Brito	Antônio Brito	PSD
7	Arthur de Oliveira Maia da Silva	Arthur Maia	DEM (UNIÃO)
8	Carlos Felipe Vazquez de Souza Leão	Cacá Leão	PP
9	Carlos Tito Marques Cordeiro	Tito	AVANTE
10	Charles Fernandes Silveira Santana	Charles Fernandes	PSD
11	Cláudio Sampaio Cajado	Cláudio Cajado	PP
12	Daniel Gomes de Almeida	Daniel Almeida	PCdoB
13	Dayane Jamille Carneiro dos Santos Pimentel	Professora Dayane Pimentel	PSL (UNIÃO)
14	Elmar José Vieira Nascimento	Elmar Nascimento	DEM (UNIÃO)
15	Felix de Almeida Mendonça Júnior	Félix Mendonça Júnior	PDT
16	João Carlos Bacelar Batista	Bacelar	PODE* (PV)
17	João Carlos Paolilo Bacelar Filho	João Carlos Bacelar	PR (PL)
18	João Inácio Ribeiro Roma Neto	João Roma	REPUBLICANOS* (PL)
19	Jorge José Santos Pereira Solla	Jorge Solla	PT
20	José Abílio Silva de Santana	Abílio Santana	PR* (PSC)
21	José Alves Rocha	José Rocha	PL* (UNIÃO)
22	José Cerqueira de Santana Neto	Zé Neto	PT
23	José Marcelo do Nascimento Nilo	Marcelo Nilo	PSB* (REPUBLICANOS)
24	José Nunes Soares	José Nunes	PSD
25	Josias Gomes da Silva	Josias Gomes	PT
26	Leur Antônio de Britto Lomanto Júnior	Leur Lomanto Júnior	DEM (UNIÃO)
27	Lídice da Mata e Souza	Lídice da Mata	PSB
28	Manoel Isidorio de Santana Júnior	Pastor Sargento Isidório	AVANTE
29	Márcio Carlos Marinho	Márcio Marinho	PRB (REPUBLICANOS)
30	Mário Silvio Mendes Negromonte Júnior	Mário Negromonte Jr.	PP
31	Otto Roberto Mendonça de Alencar Filho	Otto Alencar Filho	PSD
32	Paulo Sérgio Paranhos de Magalhães	Paulo Magalhães	PSD
33	Paulo Velloso Dantas Azi	Paulo Azi	DEM (UNIÃO)
34	Raimundo Magalhães Costa	Raimundo Costa	PL* (PODE)
35	Ronaldo Carletto	Ronaldo Carletto	PP
36	Sérgio Luis Lacerda Brito	Sérgio Brito	PSD
37	Uldurico Alencar Pinto	Uldurico Júnior	PROS* (MDB)
38	Valmir Carlos da Assunção	Valmir Assunção	PT
39	Waldenor Alves Pereira Filho	Waldenor Pereira	PT

\* Mudou de partido durante a 56ª Legislatura.

Fonte: TSE (2020).

Elaboração: Aline dos Santos Lima.

Achamos relevante observar o número de vezes em que os parlamentares eleitos em 2018 para representar a Bahia na Câmara assumiram a condição de deputado federal (Quadro 6). Nesta linha, destacamos:

a) Os parlamentares que ocuparam o parlamento em 7 legislaturas, ou seja, por 28 anos<sup>29</sup>: Cláudio Sampaio Cajado (PP) e José Alves Rocha (se candidatou pelo PL e migrou para UNIÃO);

b) Os parlamentares que ocuparam o parlamento em 6 legislaturas, ou seja, por 24 anos: Nelson Vicente Portela Pellegrino (PT) e Sérgio Luis Lacerda Brito (PSD);

c) Os parlamentares que ocuparam o parlamento em 5 legislaturas, ou seja, por 20 anos: Alice Mazzuco Portugal (PCdoB) e Daniel Gomes de Almeida (PCdoB).

Quadro 6 – Número de legislaturas dos parlamentares baianos eleitos em 2018

Nº	Nome completo	Partidos	48º	49º	50º	51º	52º	53º	54º	55º	56º
1	Adolfo Viana de Castro Neto	PSDB									X
2	Afonso Bandeira Florence	PT							X	X	X
3	Alex Marco Santana Sousa	PDT* (REPUBLICANOS)									X
4	Alice Mazzuco Portugal	PCdoB					X	X	X	X	X
5	Anderson Machado de Jesus	PHS* (UNIÃO)									X
6	Antônio Luiz Paranhos Ribeiro Leite de Brito	PSD							X	X	X
7	Arthur de Oliveira Maia da Silva	DEM (UNIÃO)							X	X	X
8	Carlos Felipe Vazquez de Souza Leão	PP								X	X
9	Carlos Tito Marques Cordeiro	AVANTE									X
10	Charles Fernandes Silveira Santana	PSD									X
11	Cláudio Sampaio Cajado	PP			X	X	X	X	X	X	X
12	Daniel Gomes de Almeida	PCdoB					X	X	X	X	X
13	Dayane Jamille Carneiro dos Santos Pimentel	PSL (UNIÃO)									X
14	Elmar José Vieira Nascimento	DEM (UNIÃO)								X	X
15	Felix de Almeida Mendonça Júnior	PDT							X	X	X
16	João Carlos Bacelar Batista	PODE* (PV)								X	X
17	João Carlos Paolilo Bacelar Filho	PR (PL)						X	X	X	X
18	João Inácio Ribeiro Roma Neto	REPUBLICANOS* (PL)									X
19	Jorge José Santos Pereira Solla	PT								X	X
20	José Ablílio Silva de Santana	PR* (PSC)									X
21	José Alves Rocha	PL* (UNIÃO)			X	X	X	X	X	X	X
22	José Cerqueira de Santana Neto	PT									X
23	José Marcelo do Nascimento Nilo	PSB* (REPUBLICANOS)									X
24	José Nunes Soares	PSD							X	X	X
25	Josias Gomes da Silva	PT					X		X	X	X
26	Leur Antônio de Britto Lomanto Júnior	DEM (UNIÃO)									X
27	Lídice da Mata e Souza	PSB	X					X			X
28	Manoel Isidorio de Santana Júnior	AVANTE									X
29	Márcio Carlos Marinho	PRB (REPUBLICANOS)						X	X	X	X
30	Mário Silvio Mendes Negromonte Júnior	PP								X	X
31	Nelson Vicente Portela Pellegrino	PT				X	X	X	X	X	X
32	Otto Roberto Mendonça de Alencar Filho	PSD									X
33	Paulo Velloso Dantas Azi	DEM (UNIÃO)								X	X
34	Raimundo Magalhães Costa	PL* (PODE)									X
35	Ronaldo Carletto	PP								X	X
36	Sérgio Luis Lacerda Brito	PSD	X	X				X	X	X	X
37	Uldurico Alencar Pinto	PROS* (MDB)								X	X
38	Valmir Carlos da Assunção	PT							X	X	X
39	Waldenor Alves Pereira Filho	PT							X	X	X

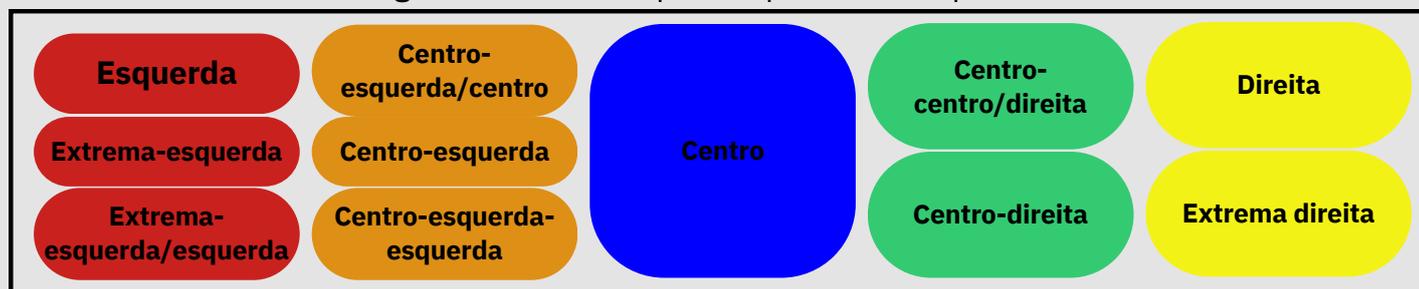
\* Mudou de partido durante a 56ª Legislatura.

Fonte: PCD (2022).

Elaboração: Aline dos Santos Lima.

Outra informação interessante é a vinculação partidária dos parlamentares baianos eleitos em 2018 (Quadro 7) em relação ao espectro político (Figura 3). Com relação ao espectro político, os partidos foram categorizados com base em Lenzi (2019) da seguinte forma:

Figura 3 – Brasil: espectro político dos partidos



Fonte: Lenzi (2019).

Elaboração: Angela Andrade Calhau

Quadro 7 – Brasil: partidos registrados no TSE por espectro político

	Sigla	Nome	Deferimento	Espectro político
1	AGIR	Agir	22.02.1990	Centro/centro-direita
2	AVANTE	Avante	11.10.1994	Centro
3	CIDADANIA	Cidadania	19.03.1992	Centro-esquerda
4	DC	Democracia Cristã	05.08.1997	Centro-direita
5	MDB	Movimento Democrático Brasileiro	30.06.1981	Centro
6	NOVO	Partido Novo	15.09.2015	Direita
7	PATRIOTA	Patriota	19.06.2012	Extrema-direita
8	PCB	Partido Comunista Brasileiro	09.05.1996	Extrema-esquerda
9	PCdoB	Partido Comunista do Brasil	23.06.1988	Extrema-esquerda
10	PCO	Partido da Causa Operária	30.09.1997	Extrema-esquerda
11	PDT	Partido Democrático Trabalhista	10.11.1981	Centro-esquerda
12	PL	Partido Liberal	19.12.2006	Centro-direita
13	PMB	Partido da Mulher Brasileira	29.09.2015	Centro-esquerda/centro
14	PMN	Partido da Mobilização Nacional	25.10.1990	Esquerda
15	PODE	Podemos	02.10.1997	Centro
16	PP	Progressistas	16.11.1995	Direita
17	PROS	Partido Republicano da Ordem Social	24.09.2013	Centro-esquerda
18	PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro	18.02.1997	Extrema-direita
19	PSB	Partido Socialista Brasileiro	01.07.1988	Centro-esquerda/esquerda
20	PSC	Partido Social Cristão	29.03.1990	Direita
21	PSD	Partido Social Democrático	27.09.2011	Centro
22	PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira	24.08.1989	Centro/centro-direita
23	PSOL	Partido Socialismo e Liberdade	15.09.2005	Extrema-esquerda/esquerda
24	PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado	19.12.1995	Extrema-esquerda
25	PT	Partido dos Trabalhadores	11.02.1982	Centro-esquerda/esquerda
26	PTB	Partido Trabalhista Brasileiro	03.11.1981	Centro
27	PV	Partido Verde	30.09.1993	Centro-esquerda
28	REDE	Rede Sustentabilidade	22.09.2015	Centro-esquerda
29	REPUBLICANOS	Republicanos	25.08.2005	Centro-direita
30	SOLIDARIEDADE	Solidariedade	24.09.2013	Centro-esquerda/centro
31	UNIÃO	União Brasil*	08.02.2022	Centro-direita
32	UP	Unidade Popular	10.12.2019	Não categorizado

\* O DEM é considerado Centro-direita e o PSL Direita/extrema-direita. No presente trabalho, o UNIÃO será tratado como Centro-Direita.

Fonte: Lenzi (2019); TSE (2022).

Elaboração: Aline dos Santos Lima.

Extrema-esquerda/esquerda
Extrema-esquerda
Esquerda
Centro-esquerda/esquerda
Centro-esquerda
Centro-esquerda/centro
Centro
Centro-centro/direita
Centro-direita
Direita
Extrema-direita

Também é relevante observar como os parlamentares mudam de partido ao longo das legislaturas (Quadro 8). Nesta linha, destacamos:

a) Sérgio Luis Lacerda Brito<sup>30</sup> que longo de seis legislaturas, ou seja, por 24 anos<sup>31</sup>, mudou de partido cinco vezes. Portanto, se vinculou aos seguintes partidos: PFL, PDC, PDT, PSC e PSD;

b) Arthur de Oliveira Maia da Silva<sup>32</sup> que longo de três legislaturas, ou seja, por 12 anos mudou de partido cinco vezes. Portanto, se vinculou aos seguintes partidos: PMDB, SDD, SD, DEM e UNIÃO;

c) Nelson Vicente Portela Pellegrino que longo de seis legislaturas, ou seja, por 24 anos permaneceu no mesmo partido: PT;

d) Alice Mazzuco Portugal e Daniel Gomes de Almeida exerceram mandato por cinco vezes, ou seja, 20 anos, e permaneceram no mesmo partido: PCdoB.

Quadro 8 - Mudança de partidos dos parlamentares baianos eleitos em 2018.

Nº	Nome completo	Partidos*				
1	Adolfo Viana de Castro Neto	PSDB				
2	Afonso Bandeira Florence	PT				
3	Alex Marco Santana Sousa	PDT	REPUBLICANOS			
4	Alice Mazzuco Portugal	PCdoB				
5	Anderson Machado de Jesus	PHS	UNIÃO			
6	Antônio Luiz Paranhos Ribeiro Leite de Brito	PTB	PSD			
7	Arthur de Oliveira Maia da Silva**	PMDB	SDD	SD	DEM	UNIÃO
8	Carlos Felipe Vazquez de Souza Leão	PP				
9	Carlos Tito Marques Cordeiro	AVANTE				
10	Charles Fernandes Silveira Santana	PSD				
11	Cláudio Sampaio Cajado	PFL	DEM	PP		
12	Daniel Gomes de Almeida	PCdoB				
13	Dayane Jamille Carneiro dos Santos Pimentel	PSL	UNIÃO			
14	Elmar José Vieira Nascimento	DEM	UNIÃO			
15	Felix de Almeida Mendonça Júnior	PDT				
16	João Carlos Bacelar Batista	PTN	PODE	PV		
17	João Carlos Paolilo Bacelar Filho	PR	PL			
18	João Inácio Ribeiro Roma Neto	REPUBLICANOS	PL			
19	Jorge José Santos Pereira Solla	PT				
20	José Abílio Silva de Santana**	PHS	PSC			
21	José Alves Rocha	PFL	PR	UNIÃO		
22	José Cerqueira de Santana Neto	PT				
23	José Marcelo do Nascimento Nilo	PSB	REPUBLICANOS			
24	José Nunes Soares	DEM	PSD			
25	Josias Gomes da Silva	PT				
26	Leur Antônio de Britto Lomanto Júnior	DEM	UNIÃO			
27	Lídice da Mata e Souza	PSB	PCdoB			
28	Manoel Isidorio de Santana Júnior	AVANTE				
29	Márcio Carlos Marinho	PL	PRB	REPUBLICANOS		
30	Mário Silvío Mendes Negromonte Júnior	PP				
31	Nelson Vicente Portela Pellegrino	PT				
32	Otto Roberto Mendonça de Alencar Filho	PSD				
33	Paulo Velloso Dantas Azi	DEM	UNIÃO			
34	Raimundo Magalhães Costa**	PRP	PODE			
35	Ronaldo Carletto	PP				
36	Sérgio Luis Lacerda Brito**	PFL	PDC	PDT	PSC	PSD
37	Uldurico Alencar Pinto**	PTC	PPL	MDB		
38	Valmir Carlos da Assunção	PT				
39	Waldenor Alves Pereira Filho	PT				

\* O quadro considera a vinculação partidária somente para o mandato de deputado federal.

\*\* Identificação (preliminar) de parlamentares com vinculação com outros partidos ao longo de sua trajetória.

Fonte: PDC (2022).

Elaboração: Aline dos Santos Lima.

Em julho de 2022, o panorama dos 39 deputados federais eleitos para representar a Bahia na 56ª legislatura, indica que o ato de legislar e fiscalizar as ações do executivo na Câmara é realizado por 36 homens (92%) e 3 mulheres (8%). A maior parte dos deputados se encontra na faixa etária entre 51-60 anos, o que equivale a 15 pessoas (38%); outros 10 deputados (26%) estão com idade entre 61-70 anos; 8 tem (21%) entre 41-50 anos; 3 deputados (8%) tem entre 31-40 anos; 2 deputados (5%) tem acima de 70 anos de idade; e 1 deputado tem até 30 anos (2%). A maior parte dos deputados, ou seja, 22 deles se auto-reconhecem como brancos (56%), enquanto 12 se identificam como pardos (31%) e 5 como pretos (13%) (Quadro 9).

Quadro 9 – Bahia: gênero, faixa etária e cor/raça dos deputados na 56ª legislatura (2019-2023)

Nome	Gênero		Faixa etária*						Cor/raça		
	Feminino	Masculino	Até 30	31-40	41-50	51-60	61-70	Acima 70	Branca	Parda	Preto
Adolfo Viana de Castro Neto		X		X					X		
Afonso Bandeira Florence		X					X			X	
Alex Marco Santana Sousa		X			X				X		
Alice Mazzuco Portugal	X						X		X		
Anderson Machado de Jesus		X		X						X	
Antônio Luiz Paranhos Ribeiro Leite de Brito		X				X					X
Arthur de Oliveira Maia da Silva		X				X			X		
Carlos Felipe Vazquez de Souza Leão		X			X				X		
Carlos Tito Marques Cordeiro		X			X				X		
Charles Fernandes Silveira Santana		X				X				X	
Cláudio Sampaio Cajado		X				X			X		
Daniel Gomes de Almeida		X					X			X	
Dayane Jamille Carneiro dos Santos Pimentel	X			X					X		
Elmar José Vieira Nascimento		X				X			X		
Felix de Almeida Mendonça Júnior		X				X			X		
João Carlos Bacelar Batista		X					X		X		
João Carlos Paolilo Bacelar Filho		X			X				X		
João Inácio Ribeiro Roma Neto		X			X				X		
Jorge José Santos Pereira Solla		X				X				X	
José Abílio Silva de Santana		X				X					X
José Alves Rocha		X						X	X		
José Cerqueira de Santana Neto		X				X			X		
José Marcelo do Nascimento Nilo		X					X		X		
José Nunes Soares		X						X	X		
Josias Gomes da Silva		X					X			X	
Leur Antônio de Britto Lomanto Júnior		X			X					X	
Lídice da Mata e Souza	X						X			X	
Manoel Isidorio de Santana Júnior		X				X					X
Márcio Carlos Marinho		X				X					X
Mário Sílvio Mendes Negromonte Júnior		X			X				X		
Otto Roberto Mendonça de Alencar Filho		X			X				X		
Paulo Sérgio Paranhos de Magalhães		X					X		X		
Paulo Velloso Dantas Azi		X				X			X		
Raimundo Magalhães Costa		X				X				X	
Ronaldo Carletto		X					X		X		
Sérgio Luis Lacerda Brito		X				X				X	
Uldurico Alencar Pinto		X	X							X	
Valmir Carlos da Assunção		X				X					X
Waldenor Alves Pereira Filho		X					X			X	

\*Idade em 31/12/2021.

Fonte: TSE (2020).

Elaboração: Aline dos Santos Lima; Thaissa Soares Oliveira.

A maior parte dos deputados são casados, são 28 pessoas com esse estado civil (72%). Uma pequena parte é dos deputados é composta por solteiros, são 6 pessoas nessa condição (15%). Outros 5 parlamentares são divorciados (13%). No que se refere a escolarização, 34 pessoas (87%) possuem o Ensino Superior completo/incompleto, 3 o Ensino Fundamental completo/incompleto (8%) e 2 o Ensino Médio completo/incompleto (5%) (Quadro 10).

Quadro 10 – Bahia: estado civil e escolaridade dos deputados na 56ª legislatura (2019-2023)

Nomes	Estado civil			Escolaridade				
	Solteiro	Casado	Divorciado	Fundamental Completo	Médio incompleto	Médio Completo	Superior Completo	Superior incompleto
Adolfo Viana de Castro Neto	X						X	
Afonso Bandeira Florence		X						
Alex Marco Santana Sousa		X					X	
Alice Mazzuco Portugal			X				X	
Anderson Machado de Jesus	X			X				
Antônio Luiz Paranhos Ribeiro Leite de Brito		X					X	
Arthur de Oliveira Maia da Silva		X					X	
Carlos Felipe Vazquez de Souza Leão	X						X	
Carlos Tito Marques Cordeiro	X						X	
Charles Fernandes Silveira Santana		X				X		
Cláudio Sampaio Cajado		X					X	
Daniel Gomes de Almeida		X					X	
Dayane Jamille Carneiro dos Santos Pimentel		X					X	
Elmar José Vieira Nascimento		X					X	
Felix de Almeida Mendonça Júnior		X					X	
João Carlos Bacelar Batista			X				X	
João Carlos Paolilo Bacelar Filho			X				X	
João Inácio Ribeiro Roma Neto		X					X	
Jorge José Santos Pereira Solla		X					X	
José Abílio Silva de Santana		X					X	
José Alves Rocha		X					X	
José Cerqueira de Santana Neto		X					X	
José Marcelo do Nascimento Nilo		X					X	
José Nunes Soares		X					X	
Josias Gomes da Silva		X					X	
Leur Antônio de Britto Lomanto Júnior		X					X	
Lídice da Mata e Souza			X				X	
Manoel Isidorio de Santana Júnior		X						X
Márcio Carlos Marinho		X					X	
Mário Silvío Mendes Negromonte Júnior		X					X	
Otto Roberto Mendonça de Alencar Filho		X					X	
Paulo Sérgio Paranhos de Magalhães		X					X	
Paulo Velloso Dantas Azi		X					X	
Raimundo Magalhães Costa			X				X	
Ronaldo Carletto		X			X			
Sérgio Luis Lacerda Brito	X						X	
Uldurico Alencar Pinto	X						X	
Valmir Carlos da Assunção		X		X				
Waldenor Alves Pereira Filho		X					X	

Fonte: TSE (2020).

Elaboração: Aline dos Santos Lima; Thaisa Soares Oliveira.

A maioria, ou seja, 33 deputados (85%) nasceram em municípios baianos, ao passo que 6 deputados (15%) nasceram em outras unidades da federação, ou seja, nos estados de Espírito Santo, Pernambuco, Rio de Janeiro, Sergipe e DF (Quadro 11).

Quadro 11– Bahia: local de nascimento dos deputados na 56ª legislatura (2019-2023)

Nome	Partido	Local de nascimento		
		Bahia		Outros estados
		Município	Território Identidade	
Adolfo Viana de Castro Neto	PSDB	Salvador	Metropolitana de Salvador	--
Afonso Bandeira Florence	PT	Salvador	Metropolitana de Salvador	--
Alex Marco Santana Sousa	PDT* (REPUBLICANOS)	Salvador	Metropolitana de Salvador	--
Alice Mazzuco Portugal	PCdoB	Salvador	Metropolitana de Salvador	--
Anderson Machado de Jesus	PHS* (UNIÃO)	Salvador	Metropolitana de Salvador	--
Antônio Luiz Paranhos Ribeiro Leite de Brito	PSD	Salvador	Metropolitana de Salvador	--
Arthur de Oliveira Maia da Silva	DEM (UNIÃO)	Salvador	Metropolitana de Salvador	--
Carlos Felipe Vazquez de Souza Leão	PP	Salvador	Metropolitana de Salvador	--
Carlos Tito Marques Cordeiro	AVANTE	Santa Maria da Vitória	Bacia do Rio Corrente	--
Charles Fernandes Silveira Santana	PSD	Guanambi	Sertão Produtivo	--
Cláudio Sampaio Cajado	PP	Salvador	Metropolitana de Salvador	--
Daniel Gomes de Almeida	PCdoB	Mairi	Bacia do Jacuípe	--
Dayane Jamille Carneiro dos Santos Pimentel	PSL (UNIÃO)	Feira de Santana	Portal do Sertão	--
Elmar José Vieira Nascimento	DEM (UNIÃO)	Campo Formoso	Piemonte Norte do Itapicuru	--
Felix de Almeida Mendonça Júnior	PDT	Itabuna	Litoral Sul	--
João Carlos Bacelar Batista	PODE* (PV)	Esplanada	Agreste Alagoinhas/Litoral Norte	--
João Carlos Paolilo Bacelar Filho	PR (PL)	Salvador	Metropolitana de Salvador	--
João Inácio Ribeiro Roma Neto	REPUBLICANOS* (PL)	--	--	Recife-PE
Jorge José Santos Pereira Solla	PT	Salvador	Metropolitana de Salvador	--
José Abílio Silva de Santana	PR* (PSC)	Salvador	Metropolitana de Salvador	--
José Alves Rocha	PL* (UNIÃO)	Coribe	Bacia do Rio Corrente	--
José Cerqueira de Santana Neto	PT	Feira de Santana	Portal do Sertão	--
José Marcelo do Nascimento Nilo	PSB* (REPUBLICANOS)	Antas	Semiárido Nordeste II	--
José Nunes Soares	PSD	--	--	Belém de São Francisco-SE
Josias Gomes da Silva	PT	--	--	Aramaji-PE
Leur Antônio de Britto Lomanto Júnior	DEM (UNIÃO)	Salvador	Metropolitana de Salvador	--
Lídice da Mata e Souza	PSB	Cachoeira	Recôncavo	--
Manoel Isidorio de Santana Júnior	AVANTE	Salvador	Metropolitana de Salvador	--
Márcio Carlos Marinho	PRB (REPUBLICANOS)	--	--	Rio de Janeiro-RJ
Mário Silvío Mendes Negromonte Júnior	PP	Paulo Afonso	Itaparica	--
Otto Roberto Mendonça de Alencar Filho	PSD	Salvador	Metropolitana de Salvador	--
Paulo Sérgio Paranhos de Magalhães	PSD	Salvador	Metropolitana de Salvador	--
Paulo Velloso Dantas Azi	DEM (UNIÃO)	Salvador	Metropolitana de Salvador	--
Raimundo Magalhães Costa	PL* (PODE)	Valença	Baixo Sul	--
Ronaldo Carletto	PP	--	--	Conceição da Barra-ES
Sérgio Luis Lacerda Brito	PSD	Vitória da Conquista	Vitória da Conquista	--
Uldurico Alencar Pinto	PROS* (MDB)	--	--	Brasília-DF
Valmir Carlos da Assunção	PT	Itamaraju	Extremo Sul	--
Waldenor Alves Pereira Filho	PT	Caculé	Sertão Produtivo	--

\* Mudou de partido durante a 56ª Legislatura.

Fonte: TSE (2020).

Elaboração: Aline dos Santos Lima; Thaissa Soares Oliveira.

Com base na sistematização dos dados dos 39 deputados federais baianos, apenas um tem uma ocupação vinculada com a questão agrária.

Trata-se de Raimundo Magalhães Costa (PODE) que é pescador e se reconhece com uma pessoa parda. Os demais se autodeclararam como: deputado (22), empresário (3), administrador (2), advogado (2), engenheiro (2), professor (2), corretor (1), médico (1), senador (1), vereador (1) e profissão não identificada/outros (1). Percebe-se que não se tem muito vínculo, pelo menos ocupacional, com a questão agrária (Quadro 12). Outra informação relevante, é o montante de bens declarados (Quadro 12), especialmente os casos extremos, a saber:

a) Para a professora Dayane Jamille Carneiro dos Santos Pimentel e o vereador Anderson Machado de Jesus, ambos do partido UNIÃO, o TSE indica “Nenhum bem cadastrado”;

b) A declaração com o menor valor foi apresentada pelo pescador Raimundo Magalhães Costa (PODE) que afirma possuir bens no valor de R\$15.334,66;

c) A declaração com o maior valor foi apresentada pelo deputado Paulo Sérgio Paranhos de Magalhães (PSD) que afirma possuir bens do valor de R\$16.683.655,72.

Quadro 12 – Bahia: ocupação e valor dos bens declarados pelos deputados na 56ª legislatura (2019-2023)

Nome	Partido	Ocupação	Valor dos bens declarados (R\$)
Adolfo Viana de Castro Neto	PSDB	Deputado	804.468,74
Afonso Bandeira Florence	PT	Professor	385.743,71
Alex Marco Santana Sousa	PDT* (REPUBLICANOS)	Corretor	647.367,78
Alice Mazzuco Portugal	PCdoB	Deputado	1.207.562,08
Anderson Machado de Jesus	PHS* (UNIÃO)	Vereador	Nenhum bem cadastrado
Antônio Luiz Paranhos Ribeiro Leite de Brito	PSD	Deputado	2.178.108,34
Arthur de Oliveira Maia da Silva	DEM (UNIÃO)	Deputado	1.789.813,86
Carlos Felipe Vazquez de Souza Leão	PP	Deputado	819.034,57
Carlos Tito Marques Cordeiro	AVANTE	Advogado	274.662,44
Charles Fernandes Silveira Santana	PSD	Empresário	430.602,26
Cláudio Sampaio Cajado	PP	Advogado	11.124.956,55
Daniel Gomes de Almeida	PCdoB	Deputado	939.020,00
Dayane Jamille Carneiro dos Santos Pimentel	PSL (UNIÃO)	Professor	Nenhum bem cadastrado
Elmar José Vieira Nascimento	DEM (UNIÃO)	Deputado	2.513.503,40
Felix de Almeida Mendonça Júnior	PDT	Deputado	2.414.766,83
João Carlos Bacelar Batista	PODE* (PV)	Administrador	413.246,77
João Carlos Paolilo Bacelar Filho	PR (PL)	Engenheiro	3.869.709,13
João Inácio Ribeiro Roma Neto	REPUBLICANOS* (PL)	Empresário	4.494.372,77
Jorge José Santos Pereira Solla	PT	Deputado	646.715,27
José Abílio Silva de Santana	PR* (PSC)	Outros	18.500,00
José Alves Rocha	PL* (UNIÃO)	Médico	6.966.401,79
José Cerqueira de Santana Neto	PT	Deputado	2.636.855,04
José Marcelo do Nascimento Nilo	PSB* (REPUBLICANOS)	Deputado	5.374.606,36
José Nunes Soares	PSD	Deputado	4.285.968,31
Josias Gomes da Silva	PT	Deputado	400.412,38
Leur Antônio de Britto Lomanto Júnior	DEM (UNIÃO)	Deputado	341.660,21
Lídice da Mata e Souza	PSB	Senador	1.075.345,26
Manoel Isidorio de Santana Júnior	AVANTE	Deputado	400.412,38
Márcio Carlos Marinho	PRB (REPUBLICANOS)	Deputado	309.028,06
Mário Silvío Mendes Negromonte Júnior	PP	Deputado	2.281.417,64
Otto Roberto Mendonça de Alencar Filho	PSD	Administrador	1.063.693,66
Paulo Sérgio Paranhos de Magalhães	PSD	Deputado	16.683.655,72
Paulo Velloso Dantas Azi	DEM (UNIÃO)	Engenheiro	1.671.368,80
Raimundo Magalhães Costa	PL* (PODE)	Pescador	15.334,60
Ronaldo Carletto	PP	Empresário	2.931.612,84
Sérgio Luis Lacerda Brito	PSD	Deputado	1.000.901,58
Uldurico Alencar Pinto	PROS* (MDB)	Deputado	145.577,65
Valmir Carlos da Assunção	PT	Deputado	1.030.000,00
Waldenor Alves Pereira Filho	PT	Deputado	1.016.622,50

\* Mudou de partido durante a 56ª Legislatura.

Fonte: TSE (2020).

Elaboração: Aline dos Santos Lima.

Dentre os 39 deputados federais que representam a Bahia, 16 declararam (41%) ao TSE possuir algum bem relacionado ao espaço rural. Dos 16 deputados que declararam bens atrelados ao campo, 13 deles (81%) afirmam possuir estabelecimentos rurais (Quadro 13). Juntos os 13 parlamentares (do sexo masculino) possuem 64 propriedades rurais:



O médico José Alves Rocha (UNIÃO) tem 14 propriedades orçadas em R\$ 673.572,35. Nascido em Coribe (Território Bacia do Rio Corrente), as propriedades de José Rocha estão localizadas em Bom Jesus da Lapa (Território Velho Chico) e em Coribe, Correntina e Santa Maria da Vitória (Território Bacia do Rio Corrente);



O deputado Paulo Sérgio Paranhos de Magalhães (PSD) tem 13 propriedades orçadas em R\$ 11.199.443,00. Nascido em Salvador (Território Metropolitana de Salvador), as propriedades de Paulo Magalhães estão localizadas em Itacaré, Itaju do Colônia e Uruçuca (Território Litoral Sul), Itaeté (Território Chapada Diamantina) e Itororó (Território Itapetinga);



O empresário Charles Fernandes Silveira Santana (PSD) tem sete propriedades orçadas em R\$ 164.422,00. Nascido em Guanambi (Território Sertão Produtivo), as propriedades de Charles Fernandes estão localizadas em Guanambi e Palmas de Monte Alto (Território Sertão Produtivo);



O deputado José Marcelo do Nascimento Nilo (REPUBLICANOS) tem sete propriedades orçadas em R\$ 752.581,50. Nascido em Antas (Território Semiárido Nordeste II), as propriedades de Marcelo Nilo estão localizadas em Antas e Jeremoabo (Território Semiárido Nordeste II) e em Serrinha (Território Sisal);



O engenheiro Paulo Velloso Dantas Azi (UNIÃO) tem cinco propriedades orçadas em R\$ 101.075,00. Nascido em Salvador (Território Metropolitana de Salvador), as propriedades de Paulo Azi estão localizadas em Entre Rios e Esplanada (Território Agreste Alagoinhas/Litoral Norte);



O deputado João Carlos Paolilo Bacelar Filho (PL) tem quatro propriedades orçadas em R\$ 237.900,00. Nascido em Salvador (Território Metropolitana de Salvador), as propriedades de João Carlos Bacelar estão localizadas em Jandaíra (Território Agreste Alagoinhas/Litoral Norte);



O empresário Ronaldo Carletto (PP) tem quatro propriedades orçadas em R\$ 500.363,31. Nascido em Conceição da Barra-ES, não foi possível identificar a localização das propriedades declaradas;



Arthur de Oliveira Maia da Silva (UNIÃO) declarou ter três propriedades orçadas em R\$ 76.581,45, além de cotas em empresa agrícola e 363 cabeças de gado/cavalo orçadas em R\$ 575.080,00. Nascido em Salvador (Território Metropolitana de Salvador), as propriedades de Arthur Maia estão localizadas em Camaçari (Território Metropolitana de Salvador) e em Palmas de Monte Alto (Território Sertão Produtivo);



O advogado Cláudio Sampaio Cajado (PP) declarou ter duas propriedades orçadas em R\$ 897.175,85. Nascido em Salvador (Território Metropolitana de Salvador), as propriedades de Cláudio Cajado estão localizadas em Itapicuru (Território Agreste Alagoinhas/Litoral Norte);



O deputado Uldurico Alencar Pinto (MDB) declarou ter duas propriedades orçadas em R\$ 20.500,00. Nascido em Brasília-DF, as propriedades de Uldurico Junior estão localizadas no Piauí;



O professor Afonso Bandeira Florence (PT) declarou ter uma propriedade orçada em R\$ 250.000,00. Nascido em Salvador (Território Metropolitana de Salvador), a propriedade de Afonso Florence está localizada em Morro do Chapéu (Território Chapada Diamantina);



O deputado José Cerqueira de Santana Neto (PT) declarou ter uma propriedade orçada em R\$ 40.000,00. Nascido em Feira de Santana (Território Portal do Sertão), não foi possível identificar a localização da propriedade declarada.



O deputado José Nunes Soares (PSD) declarou ter uma propriedade orçada em R\$ 104.276,74. Nascido em Belém de São Francisco-SE, a propriedade de José Nunes está localizada em Euclides da Cunha (Território Semiárido Nordeste II);



Cabe mencionar que o deputado Carlos Felipe Vazquez de Souza Leão, nascido em Salvador (Território Metropolitana de Salvador), possui R\$ 50.000,00 em cavalos Comme Il Faut, apesar de não ter terra. Por sua vez, o deputado Adolfo Viana de Castro Neto também nascido em Salvador (Território Metropolitana de Salvador), possui R\$ 16.100,00 em cabeças de gado mesmo não tendo terra. Por fim, o administrador Otto Roberto Mendonça de Alencar Filho nascido em Salvador (Território Metropolitana de Salvador), possui R\$ 1.000,00 em cotas em empresa mineração.

Quadro 13 – Bahia: bens relacionados ao espaço rural que foram declarados pelos deputados na 56ª legislatura (2019-2023)

Deputado	Partido	Ocupação	Propriedade privada da terra	Valor (R\$)	Outros bens no campo	Valor (R\$)
Adolfo Viana de Castro Neto	PSDB	Deputado	-	-	12 cabeças de gado	R\$ 16.100,00
Afonso Bandeira Florence	PT	Professor	Uma propriedade rural em Morro do Chapéu-BA	R\$ 250.000,00	--	--
Arthur de Oliveira Maia da Silva	DEM (UNIÃO)	Deputado	Três propriedades rurais em Camaçari-BA e Palmas de Monte Alto-BA	R\$ 76.581,45	Cotas em empresas agrícola e 363 cabeças de gado/cavalo	R\$ 575.080,00
Carlos Felipe Vazquez de Souza Leão	PP	Deputado	--	--	Cavalo Comme Il Faut	R\$ 50.000,00
Charles Fernandes Silveira Santana	PSD	Empresário	Sete propriedades rurais em Guanambi-BA e Palmas de Monte Alto-BA	R\$ 164.422,00	--	--
Cláudio Sampaio Cajado	PP	Advogado	Duas propriedades rurais em Itapicuru-BA	R\$ 897.175,85	Empresa rural	R\$ 2.592.798,68
João Carlos Paolilo Bacelar Filho	PR (PL)	Engenheiro	Quatro propriedades rurais em Jandaíra-BA	R\$ 237.900,00	--	--
José Alves Rocha	PL* (UNIÃO)	Médico	Catorze propriedades rurais em Bom Jesus da Lapa-BA, Coribe-BA, Correntina-BA e Santa Maria da Vitória-BA	R\$ 673.572,35	--	--
José Cerqueira de Santana Neto	PT	Deputado	Uma propriedade rural	R\$ 40.000,00	--	--
José Marcelo do Nascimento Nilo	PSB (REPUBLICANOS)	Deputado	Sete propriedades rurais em Antas-BA, Jeremoabo-BA e Serrinha-BA	R\$ 752.581,50	--	--
José Nunes Soares	PSD	Deputado	Uma propriedade rural em Euclides da Cunha-BA	R\$ 104.276,74	--	--
Otto Roberto Mendonça de Alencar Filho	PSD	Administrador	--	--	Cotas em empresa mineração	R\$ 1.000,00
Paulo Sérgio Paranhos de Magalhães	PSD	Deputado	Treze propriedades rurais Itacaré-BA, Itaeté-BA, Itaju do Colônia-BA, Itororó-BA e Uruçuca-BA	R\$ 11.199.443,00	--	--
Paulo Velloso Dantas Azi	DEM (UNIÃO)	Engenheiro	Cinco propriedades rurais em Entre Rios-BA e Esplanada-BA	R\$ 101.075,00	--	--
Ronaldo Carletto	PP	Empresário	Quatro propriedades rurais	R\$ 500.363,31	--	--
Uldurico Alencar Pinto	PROS* (MDB)	Deputado	Duas propriedades rurais no Piauí	R\$ 20.500,00	--	--

\* Mudou de partido durante a 56ª Legislatura.

Fonte: TSE, 2022.

Elaboração: Aline dos Santos Lima.

Ao abordar que 41% dos deputados federais baianos (16 parlamentares) tem bens relacionados ao espaço rural (Quadro 13) é fundamental observar a relação dessas terras, cavalos, gado e cotas em empresas no montante total de bens declarados (Quadro 14). Nota-se que os bens relacionados ao espaço rural representam a maior “fatia” dos bens de Paulo Sérgio Paranhos de Magalhães (67%) e Afonso Bandeira Florence (65%), assim como tem muita importância se tratarmos dos bens declarados por Charles Fernandes Silveira Santana (38%), Arthur de Oliveira Maia da Silva (36%) e Cláudio Sampaio Cajado (31%).

Quadro 14 – Bahia: percentual dos bens relacionados ao espaço rural em relação ao total de bens declarados pelos deputados na 56ª legislatura (2019-2023)

Deputado	Partido	Ocupação	Valor total dos bens declarados (R\$)	Valor dos bens declarados relacionados ao espaço rural (R\$)	Percentual dos bens do espaço rural em relação ao total de bens declarados
Adolfo Viana de Castro Neto	PSDB	Deputado	804.468,74	16.100,00	2%
Afonso Bandeira Florence	PT	Professor	385.743,71	250.000,00	65%
Arthur de Oliveira Maia da Silva	DEM (UNIÃO)	Deputado	1.789.813,86	651.661,45	36%
Carlos Felipe Vazquez de Souza Leão	PP	Deputado	819.034,57	50.000,00	6%
Charles Fernandes Silveira Santana	PSD	Empresário	430.602,26	164.422,00	38%
Cláudio Sampaio Cajado	PP	Advogado	11.124.956,55	3.489.974,53	31%
João Carlos Paolilo Bacelar Filho	PR (PL)	Engenheiro	3.869.709,13	237.900,00	6%
José Alves Rocha	PL* (UNIÃO)	Médico	6.966.401,79	673.572,35	9,70%
José Cerqueira de Santana Neto	PT	Deputado	2.636.855,04	40.000,00	1,50%
José Marcelo do Nascimento Nilo	PSB (REPUBLICANOS)	Deputado	5.374.606,36	752.581,50	14%
José Nunes Soares	PSD	Deputado	4.285.968,31	104.276,74	2%
Otto Roberto Mendonça Alencar Filho	PSD	Administrador	1.063.693,66	1.000,00	0,10%
Paulo Sérgio Paranhos de Magalhães	PSD	Deputado	16.683.655,72	11.199.443,00	67%
Paulo Velloso Dantas Azi	DEM (UNIÃO)	Engenheiro	1.671.368,80	101.075,00	6%
Ronaldo Carletto	PP	Empresário	2.931.612,84	500.363,31	17%
Uldurico Alencar Pinto	PROS* (MDB)	Deputado	145.577,65	20.500,00	14%

\* Mudou de partido durante a 56ª Legislatura.

Fonte: TSE, 2022.

Elaboração: Aline dos Santos Lima.

Esses dados implicam pensar sobre algumas questões:



**Quem esses políticos representam?**



**Quais são os interesses que os mesmos defendem?**



**Será que são os mesmos interesses de uma população expropriada de suas terras?**



**Qual comissão e/ou grupo de trabalho participam?**



**Como votam?**



A primeira observação a fazer é verificar quais parlamentares participam da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA).

O objetivo da FPA é estimular a ampliação de políticas públicas para o desenvolvimento do agronegócio nacional<sup>33</sup>. Por isso, de acordo com Alceu Luís Castilho, a FPA é a institucionalização do *lobby* do agronegócio no país, além de ser financiada pelo “setor privado, a partir de um *think tank* chamado Instituto Pensar Agro (IPA)” (CASTILHO, 2018, p. 40).



A Frente Parlamentar da Agropecuária é formada por 280 parlamentares: 39 senadores e 241 deputados. A maior parte dos deputados que compõe a FPA são da Região Sudeste (73), seguida pela Nordeste (63), Sul (47), Norte (31) e Centro-Oeste (27). O estado da Bahia ocupa a quinta posição em termos de deputados que integram essa Frente, são 16 parlamentares – número inferior somente aos estados de Minas Gerais (30), São Paulo (28), Paraná (20) e Rio Grande do Sul (17)<sup>34</sup>.

Nota-se que 16 parlamentares baianos compõe a FPA (Quadro 15) e pertencem a partidos com espectros políticos distintos, a saber quatro do UNIÃO (Arthur de Oliveira Maia da Silva; José Alves Rocha; Leur Antônio de Britto Lomanto Júnior; e Paulo Velloso Dantas Azi), três do PP (Cláudio Sampaio Cajado; Mário Silvio Mendes Negromonte Júnior; e Ronaldo Carletto), dois do PL (João Carlos Paolilo Bacelar Filho; e João Inácio Ribeiro Roma Neto), dois do PSD (Antônio Luiz Paranhos Ribeiro Leite de Brito; e Otto Roberto Mendonça de Alencar Filho), um do AVANTE (Carlos Tito Marques Cordeiro), um do MDB (Uldurico Alencar Pinto), um do PCdoB (Daniel Gomes de Almeida), um do PDT (Felix de Almeida Mendonça Júnior), um do REPUBLICANOS (Márcio Carlos Marinho)

Entendemos que aqueles que representam os brasileiros com terra estão presentes no Congresso a partir da Frente Parlamentar da Agropecuária. Portanto, a participação de deputado do PCdoB nesta Frente causa estranheza e coaduna com o pensamento de Alceu Luís Castilho para quem a FPA se organiza em um “sistema político ruralista suprapartidário” (CASTILHO, 2018, p. 41).

Quadro 15 – Bahia: deputados na 56ª legislatura (2019-2023) filiados FPA

Nome	Partido	Filiação FPA	Possui bem relacionado espaço rural
Adolfo Viana de Castro Neto	PSDB	Não	X
Afonso Bandeira Florence	PT	Não	X
Alex Marco Santana Sousa	PDT* (REPUBLICANOS)	Não	
Alice Mazzuco Portugal	PCdoB	Não	
Anderson Machado de Jesus	PHS* (UNIÃO)	Não	
Antônio Luiz Paranhos Ribeiro Leite de Brito	PSD	Sim	
Arthur de Oliveira Maia da Silva	DEM (UNIÃO)	Sim	X
Carlos Felipe Vazquez de Souza Leão	PP	Não	X
Carlos Tito Marques Cordeiro	AVANTE	Sim	
Charles Fernandes Silveira Santana	PSD	Não	X
Cláudio Sampaio Cajado	PP	Sim	X
Daniel Gomes de Almeida	PCdoB	Sim	
Dayane Jamille Carneiro dos Santos Pimentel	PSL (UNIÃO)	Não	
Elmar José Vieira Nascimento	DEM (UNIÃO)	Não	
Felix de Almeida Mendonça Júnior	PDT	Sim	
João Carlos Bacelar Batista	PODE* (PV)	Não	
João Carlos Paolilo Bacelar Filho	PR (PL)	Sim	X
João Inácio Ribeiro Roma Neto	REPUBLICANOS* (PL)	Sim	
Jorge José Santos Pereira Solla	PT	Não	
José Abílio Silva de Santana	PR* (PSC)	Não	
José Alves Rocha	PL* (UNIÃO)	Sim	X
José Cerqueira de Santana Neto	PT	Não	X
José Marcelo do Nascimento Nilo	PSB* (REPUBLICANOS)	Não	X
José Nunes Soares	PSD	Não	X
Josias Gomes da Silva	PT	Não	
Leur Antônio de Britto Lomanto Júnior	DEM (UNIÃO)	Sim	
Lídice da Mata e Souza	PSB	Não	
Manoel Isidorio de Santana Júnior	AVANTE	Não	
Márcio Carlos Marinho	PRB (REPUBLICANOS)	Sim	
Mário Sílvio Mendes Negromonte Júnior	PP	Sim	
Otto Roberto Mendonça de Alencar Filho	PSD	Sim	X
Paulo Sérgio Paranhos de Magalhães	PSD	Não	X
Paulo Velloso Dantas Azi	DEM (UNIÃO)	Sim	X
Raimundo Magalhães Costa	PL* (PODE)	Não	
Ronaldo Carletto	PP	Sim	X
Sérgio Luis Lacerda Brito	PSD	Não	
Uldurico Alencar Pinto	PROS* (MDB)	Sim	X
Valmir Carlos da Assunção	PT	Não	
Waldenor Alves Pereira Filho	PT	Não	

Fonte: FPA (2022).

Elaboração: Aline dos Santos Lima.

Outra questão é observar a participação dos parlamentares em comissões e/ou grupos de trabalho que pautem a questão agrária. A Câmara dos Deputados possui comissões permanentes e temporárias<sup>35</sup>:

a) A Câmara tem 25 comissões permanentes, com caráter técnico, legislativo e especializado (Quadro 16).

b) As comissões temporárias, têm prazo determinado de funcionamento e podem ser:

- Especiais: criadas para dar parecer sobre propostas de emenda à Constituição, projetos de código e proposições;
- Parlamentar de inquérito: criadas para investigar fato determinado, de relevante interesse para a vida pública e para a ordem constitucional, legal, econômica ou social do país;
- Externas: criadas para o cumprimento de missões temporárias autorizadas, nas quais os deputados representam a Câmara em atos para os quais a instituição tenha sido convidada ou a que tenha de assistir.

Quadro 16 – Câmara dos Deputados: comissões permanentes

Nome	Sigla
Comissão de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural	CAPADR
Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	CCTCI
Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	CCJC
Comissão de Cultura	CCULT
Comissão de Defesa do Consumidor	CDC
Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher	CMULHER
Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa	CIDOSO
Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência	CPD
Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços	CDEICS
Comissão de Desenvolvimento Urbano	CDU
Comissão de Direitos Humanos e Minorias	CDHM
Comissão de Educação	CE
Comissão do Esporte	CESPO
Comissão de Finanças e Tributação	CFT
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle	CFFC
Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia	CINDRA
Comissão de Legislação Participativa	CLP
Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	CMADS
Comissão de Minas e Energia	CME
Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	CREDN
Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado	CSPCCO
Comissão de Seguridade Social e Família	CSSF
Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público	CTASP
Comissão de Turismo	CTUR
Comissão de Viação e Transporte	CVT

Fonte: PCD (2022).

Elaboração: Aline dos Santos Lima.

Escolhemos duas comissões para observar a participação dos parlamentares baianos: a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) e a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) (Quadro 17).

Observa-se a participação como Titular na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural dos seguintes deputados: Adolfo Viana de Castro Neto (PSDB), Carlos Tito Marques Cordeiro (AVANTE), Josias Gomes da Silva (PT), Raimundo Magalhães Costa (PODE) e Valmir Carlos da Assunção (PT).

Além disso, Charles Fernandes Silveira Santana (PSD), Lídice da Mata e Souza (PSB) e Paulo Velloso Dantas Azi (UNIÃO) atuaram como Suplentes na CAPADR. É importante lembrar que Charles Fernandes Silveira Santana possui sete propriedades e Paulo Velloso Dantas Azi possui cinco propriedades rurais. Portanto, compor a CAPADR (mesmo como suplentes) é interessante, pois pautarão ações para o desenvolvimento rural.

A participação de deputados baianos na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável ocorreu somente para suplência com a participação de Carlos Tito Marques Cordeiro (AVANTE) e de Uldurico Alencar Pinto (MDB).

É importante destacar a participação de alguns parlamentares em Comissão Externa e em Grupo de Trabalho. João Carlos Bacelar Batista (PV) participou de Comissão Externa de acompanhamento da situação dos Yanomâmis em Waikás. Além disso, João Carlos Bacelar Batista (PV) e João Carlos Paolilo Bacelar Filho (PL) participaram na condição de Titulares do GT - Código de Mineração (Decreto-Lei nº 227/67).

Quadro 17 – Bahia: deputados da 56ª Legislatura que integram comissões e/ou GTs relacionados a questão agrária

Nome	Partido	Participa comissões que pautam a questão agrária
Adolfo Viana de Castro Neto	PSDB	CAPADR: Titular, 27/04/2022 - 03/05/2022
		CAPADR: Titular, 10/03/2021 - 02/02/2022, 27/04/2022
Carlos Tito Marques Cordeiro	AVANTE	CMADS: Suplente, 23/08/2022
		CAPADR: Titular, 12/03/2019 - 03/02/2020, 09/03/2021 - 02/02/2022, 27/04/2022
Charles Fernandes Silveira Santana	PSD	CAPADR: Suplente, 12/03/2019 - 03/02/2020
João Carlos Bacelar Batista	PODE* (PV)	Comissão Externa de acompanhamento da Situação dos Yanomâmis em Waikás: Titular, 06/05/2022 - 30/11/2022
		GT - Código de Mineração (Decreto-Lei nº 227/67): Titular, 17/08/2021 - 02/09/2021
João Carlos Paolilo Bacelar Filho	PR (PL)	GT - Código de Mineração (Decreto-Lei nº 227/67): Titular, 02/09/2021 - 03/06/2022
Josias Gomes da Silva	PT	CAPADR: Titular, 27/04/2022
Lídice da Mata e Souza	PSB	CAPADR: Suplente, 10/03/2021 - 02/02/2022
Paulo Velloso Dantas Azi	DEM (UNIÃO)	CAPADR: Suplente, 19/11/2019 - 03/02/2020
Raimundo Magalhães Costa	PL* (PODE)	CAPADR: Titular, 12/03/2019 - 13/03/2019, 13/03/2019 - 03/02/2020
		CAPADR: Titular, 10/03/2021 - 02/02/2022
		CAPADR: Titular, 27/04/2022
Uldurico Alencar Pinto	PROS* (MDB)	CMADS: Suplente, 16/04/2021 - 02/12/2021
Valmir Carlos da Assunção	PT	CAPADR: Titular, 13/03/2019 - 03/02/2020, 10/03/2021 - 02/02/2022, 27/04/2022

TSE (2022); PCD (2022).

Elaboração: Aline dos Santos Lima.

Por fim, é fundamental observar como os parlamentares votam, especialmente sobre temas que impactam diretamente na questão agrária. Destacamos duas votações:

a) Projeto de Lei 6.299/2002. Após 20 anos de tramitação, a Câmara aprovou o texto final do Projeto de Lei (PL) conhecido como “pacote do veneno”. Seu conteúdo prevê a legalização da produção de agrotóxicos genéricos no Brasil e flexibiliza os critérios de controle e de autorização destas substâncias. A Frente Parlamentar Ambientalista teme os impactos do PL para a saúde pública e para o meio ambiente. Para a Frente Parlamentar Agropecuária, o PL consiste em uma modernização da lei sobre agrotóxicos.

b) PL 191/2020 – trata da mineração em terras indígenas.

A lista de votantes nos PLs 6.299/2002 e PL 191/2020 (Quadro 18) foi disponibilizada pela Secretaria-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados para a plataforma “Uol/Congresso em foco”.



Lista de votantes PLs 6.299/2002. Disponível [aqui](#)

Lista de votantes PL 191/2020. Disponível [aqui](#)

Em relação a votação do PL 6.299/2002 e do PL 191/2020, faremos três observações:

a) Parlamentares que tem bem relacionado ao espaço rural, são filiados a FPA e votaram de modo favorável as duas PLs, são eles: Arthur de Oliveira Maia da Silva (UNIÃO), Cláudio Sampaio Cajado (PP), João Carlos Paolilo Bacelar Filho (PL), José Alves Rocha (UNIÃO) e Ronaldo Carletto (PP). Vale lembrar, que João Carlos Paolilo Bacelar Filho participou como Titular do GT - Código de Mineração entre 09/2021 e 06/2022;

b) Parlamentares que tem bem relacionado ao espaço rural, não são filiados a FPA e votaram de modo favorável as duas PLs, são eles: Adolfo Viana de Castro Neto (PSDB), Carlos Felipe Vazquez de Souza Leão (PP), José Nunes Soares e Paulo Sérgio Paranhos de Magalhães (PSD);

c) Parlamentares que tem bem relacionado ao espaço rural, não são filiados a FPA e votaram contra as duas PLs, são eles: Afonso Bandeira Florence (PT), José Cerqueira de Santana Neto (PT) e José Marcelo do Nascimento Nilo (REPUBLICANOS).

Quadro 18 – Bahia: atuação dos deputados da 56ª Legislatura nas pautas relacionadas a questão agrária

Nome	Partido	Votações relacionadas a questão agrária	
		Favorável PL 6.299/2002	Favorável PL 191/2020
Adolfo Viana de Castro Neto	PSDB	SIM	SIM
Afonso Bandeira Florence	PT	Não	Não
Alex Marco Santana Sousa	PDT* (REPUBLICANOS)	Nome não aparece na lista	SIM
Alice Mazzuco Portugal	PCdoB	Não	Não
Anderson Machado de Jesus	PHS* (UNIÃO)	SIM	SIM
Antônio Luiz Paranhos Ribeiro Leite de Brito	PSD	SIM	SIM
Arthur de Oliveira Maia da Silva	DEM (UNIÃO)	SIM	SIM
Carlos Felipe Vazquez de Souza Leão	PP	SIM	SIM
Carlos Tito Marques Cordeiro	AVANTE	SIM	SIM
Charles Fernandes Silveira Santana	PSD	SIM	Não
Cláudio Sampaio Cajado	PP	SIM	SIM
Daniel Gomes de Almeida	PCdoB	Não	Não
Dayane Jamille Carneiro dos Santos Pimentel	PSL (UNIÃO)	SIM	SIM
Elmar José Vieira Nascimento	DEM (UNIÃO)	SIM	SIM
Felix de Almeida Mendonça Júnior	PDT	Não	Não
João Carlos Bacelar Batista	PODE* (PV)	Nome não aparece na lista	Não
João Carlos Paolilo Bacelar Filho	PR (PL)	SIM	SIM
João Inácio Ribeiro Roma Neto	REPUBLICANOS* (PL)	Nome não aparece na lista	Nome não aparece na lista
Jorge José Santos Pereira Solla	PT	Não	Não
José Abílio Silva de Santana	PR* (PSC)	SIM	SIM
José Alves Rocha	PL* (UNIÃO)	SIM	SIM
José Cerqueira de Santana Neto	PT	Não	Não
José Marcelo do Nascimento Nilo	PSB* (REPUBLICANOS)	Não	Não
José Nunes Soares	PSD	SIM	SIM
Josias Gomes da Silva	PT	Nome não aparece na lista	Nome não aparece na lista
Leur Antônio de Britto Lomanto Júnior	DEM (UNIÃO)	Não	SIM
Lídice da Mata e Souza	PSB	Não	Não
Manoel Isidorio de Santana Júnior	AVANTE	Não	Não
Márcio Carlos Marinho	PRB (REPUBLICANOS)	Posição não informada	SIM
Mário Silvio Mendes Negromonte Júnior	PP	Não	SIM
Otto Roberto Mendonça de Alencar Filho	PSD	Não	Não
Paulo Sérgio Paranhos de Magalhães	PSD	SIM	SIM
Paulo Velloso Dantas Azi	DEM (UNIÃO)	Posição não informada	SIM
Raimundo Magalhães Costa	PL* (PODE)	Posição não informada	Não
Ronaldo Carletto	PP	SIM	SIM
Sérgio Luis Lacerda Brito	PSD	SIM	SIM
Uldurico Alencar Pinto	PROS* (MDB)	SIM	Não
Valmir Carlos da Assunção	PT	Não	Não
Waldenor Alves Pereira Filho	PT	Não	Não

\* Mudou de partido durante a 56ª Legislatura.

Fonte: Uol/Congresso em foco (2022); Gamba (2022).

Elaboração: Aline dos Santos Lima.

## Considerações finais

Com base no que foi estudado, sistematizado e discutido até aqui, percebe-se que os deputados federais baianos que ocuparam o Congresso Nacional na 56ª legislatura pertence a um seleto grupo e que segue, em sua maioria, aprovando normativas que favorecem sua reprodução social e favorecendo o grande capital. Ao sistematizar o perfil desses deputados vê-se uma questão racial, machista e elitizada estruturada e carregada por muitos anos. Os deputados federais baianos são em sua maioria homens, brancos e pertencentes à elite brasileira, donos do poder e responsáveis pela continuação da desigualdade social.

O projeto de pesquisa **Geografando os parlamentares federais baianos: legislatura 2019-2022 e a produção do espaço agrário** abre uma série de questões e de lacunas a serem problematizadas. É preciso, ainda, identificar (Apêndice B) e entender quem são os parlamentares baianos eleitos em 2022 para 57ª Legislatura (2023-2027) e, principalmente, quem representam e o que defendem na Câmara. É necessário, também, dar atenção especial à atuação dos parlamentares baianos na proposição de Projetos de Lei (PL), Projetos de Decreto Legislativo (PDL) e/ou de Propostas de Emenda à Constituição (PEC) que abordem a questão agrária. Além disso, é preciso seguir monitorando como votam nas temáticas que dialogam com as dimensões da questão agrária. Nesta linha, é importante acompanhar como se posicionam os deputados baianos frente ao PL 2.633/2020, que trata da regularização fundiária em áreas da União, mais conhecido como PL da Grilagem.

Essas e outras questões abrem espaço para que o **Grupo de Pesquisa em Questões Agrárias do IF Baiano** pense na criação de um Observatório que proponha ações articuladas de ensino-pesquisa-extensão sobre a Geografia do voto e suas implicações na produção do espaço agrário no Vale do Jiquiriçá-Bahia-Brasil.

# Notas

1 - A proposta do Professor Silvio Márcio Montenegro Machado foi aprovada na Assembleia realizada em 26 de setembro de 2018. Conferir a relação dos candidatos a presidente e a vice-presidente do Brasil nas eleições 2018 e mandato 2019-2022, bem como o nome das pessoas que defenderam as propostas dos candidatos (Anexo A).

2 - A equipe executora do referido Projeto foi composto pelas seguintes pessoas: Aila Cristina de Costa de Jesus, então discente do Curso de Geografia do IF Baiano Santa Inês; Aline dos Santos Lima, coordenadora do projeto e Líder do NEQA-IF Baiano/CNPq; Grazielle Paixão Martins, então discente do Curso de Geografia do IF Baiano Santa Inês; Jackson Nascimento de Brito Santos, discente do Curso de Geografia do IF Baiano Santa Inês; Juliana Lima da Silva, então discente do Curso de Geografia do IF Baiano Santa Inês; Marcos Aragão dos Santos Reis, discente do Curso de Geografia do IF Baiano Santa Inês.

3 - Os professores que ofertaram o referido componente foram os seguintes: Aline dos Santos Lima, Professora do IF Baiano Campus Santa Inês, Pesquisadora do GeografAR e Líder do NEQA-IF Baiano/CNPq; Leonardo Teixeira Sousa, Mestre e Graduado em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Professor e Coordenador do Laboratório de Cartografia e Geoprocessamento do IF Baiano Campus Santa Inês; e Silvio Márcio Montenegro Machado, Doutorando em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP), professor no Curso de Licenciatura em Geografia do IF Baiano Campus Santa Inês e integrante dos grupos de pesquisa Geopraxis do Instituto Federal da Bahia (IFBA) e GeografAR da UFBA.

4 - Em decorrência do comportamento espacial do vírus Síndrome Respiratória Aguda Grave do Coronavírus 2 (Sars-CoV-2) e da doença infecciosa causada por ele – a Doença do Coronavírus 2019 (COVID-19) – as aulas presenciais no Instituto Federal Baiano foram suspensas em março de 2020. No final do mês de outubro, publica-se a Resolução 90/2020 – OS-CONSUP/IFBAIANO que regulamenta e normatiza (em caráter temporário) a implementação de Atividades Pedagógicas Não Presenciais (APNP). No Campus Santa Inês, a opção foi pela APNP suplementar. Isto significou que os “profissionais da educação, no contexto de pandemia e de remotização do ensino” optaram por “um processo de adaptação e de reflexão acerca de sua atuação, não pensando em dar continuidade ao que vinha sendo feito anteriormente à pandemia, mas compreender a unidade suplementar como um espaço de ajustes, adaptações e de avaliações de um processo sensivelmente dependente de tecnologias de informação e comunicação” (ELOI; PITTA, 2021, p. 178). Portanto, a denominação suplementar “significa categoria emergencial e excepcional de atividades on-line, com oferta de componentes curriculares e extracurriculares acadêmicos, adaptados ou concebidos para tal formato e que podem, inclusive, quando oportuno, ser ministrados conjuntamente por vários docentes, sendo garantido aos estudantes adesão e desligamento facultativo, bem como posterior integralização de carga horária curricular”. (RODRIGUES; SOUZA; NASCIMENTO, 2021, p. 192).

5 - A equipe executora do referido Projeto é composto pelas seguintes pessoas: Aila Cristina de Costa de Jesus, Mestranda em Geografia pela UFBA e integrante do NEQA-IF Baiano/CNPq; Aline dos Santos Lima, coordenadora do projeto e Líder do NEQA-IF Baiano/CNPq; Angela Andrade Calhau, Mestranda em Educação do Campo pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e integrante do NEQA-IF Baiano/CNPq; Bruno Mercante Lourenço, Mestrando em Geografia pela UFBA e integrante do NEQA-IF Baiano/CNPq; e Thaissa Soares Oliveira, bolsista do Projeto, Licencianda em Geografia pelo IF Baiano Campus Santa Inês e integrante do NEQA-IF Baiano/CNPq.

6 - O Grupo de Pesquisa GeografAR ou Projeto Integrado de Pesquisa “A Geografia dos Assentamentos na Área Rural”/Projeto GeografAR vem, desde 1996, desenvolvendo as suas pesquisas com o apoio do CNPq tendo como proposta analisar o processo de (re) produção do espaço geográfico no campo baiano, em suas distintas temporalidades, espacialidades e territorialidades. O esforço que se coloca é o de buscar articular as inúmeras escalas e dimensões analíticas que se evidenciam, possibilitando que as pesquisas desenvolvidas adquiram outro significado na busca da compreensão da totalidade do espaço geográfico. Conferir em <https://geografar.ufba.br>. Nos últimos anos, os pesquisadores do GeografAR, que são professores de várias instituições de ensino – Instituto Federal de Alagoas (IFAL), IFBA, IF Baiano, Secretaria da Educação do Estado da Bahia (SEC-BA), Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Universidade Federal de Sergipe (UFS) e UFRB –, vem se articulando e trabalhando em conjunto através da chamada Rede GeografAR, do qual o NEQA-IF Baiano/CNPq faz parte.

7 - Existem dois tipos de eleições: majoritárias e locais. As eleições majoritárias são aquelas responsáveis por eleger senadores, deputados, governadores e presidente da República. Já as eleições locais são aquelas que definem os cargos de vereadores e prefeitos. (AUGUSTO & SILVA, 2014).

8 - Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/545049-saiba-o-que-faz-um-deputado-federal/>>. Acesso em: 24 ago. 2021.

9 - Disponível em: <[https://atlascolar.ibge.gov.br/images/atlas/mapas\\_brasil/brasil\\_evolucao\\_da\\_divisao\\_politico\\_administrativa.pdf](https://atlascolar.ibge.gov.br/images/atlas/mapas_brasil/brasil_evolucao_da_divisao_politico_administrativa.pdf)>. Acesso em: 17 set. 2021.

10 - Para o Quadro 1 conferir IBGE. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/>>. Acesso em: 28 dez. 2022.

11 - Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/>>. Acesso em: 24 ago. 2021.

12 - Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html?view=municipio>>. Acesso em: 17 set. 2021.

13 - Para o Quadro 2 conferir IBGE. Disponível em: <[https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo\\_agro/resultadosagro/estabelecimentos.html](https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/estabelecimentos.html)>. Acesso em: 28 dez. 2022.

14 - O Índice ou Coeficiente de Gini é uma média estatística de dispersão ou concentração de riquezas com valores que variam de 0,0 a 1,0. Quanto mais o resultado aproxima-se de zero, menor o grau de concentração (concentração nula). Quanto mais se aproxima de um, maior o grau de concentração (concentração absoluta). Para interpretação do Índice de Gini, é utilizada uma categorização baseada na Escola Italiana de Estatística que, aplicada a concentração de terra no Brasil, pode ser classificada do seguinte modo: (0,000 a 0,100 = nula); (0,101 a 0,250 = nula a fraca); (0,251 a 0,500 = fraca a média); (0,501 a 0,700 = média a forte); (0,701 a 0,900 = forte a muito forte); e (0,901 a 1,000 = muito forte a absoluta) (CÂMARA, 1949; BARICKMAN, 2003; FREITAS, 2009; GERMANI, 2010 apud LIMA, 2017).

15 - A Lei 9.096, de 19 de setembro de 1995, dispõe sobre partidos políticos e regulamenta os Artigos 17º e 14º, § 3º, inciso V da Constituição Federal (BRASIL, 1995). Segundo o Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos. O § 3º aborda as condições de elegibilidade e o inciso V menciona como condição a filiação partidária. Por sua vez, segundo o Art. 17. É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos: I - caráter nacional; II - proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes; III - prestação de contas à Justiça Eleitoral; IV - funcionamento parlamentar de acordo com a lei. (BRASIL, 1988).

16 - Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/partidos/partidos-registrados-no-tse/registrados-no-tse>>. Acesso em: 9 dez. 2022.

17 - A exigência de incluir as propostas defendidas pelo candidato aos cargos de Prefeito, Governador de Estado e Presidente da República no ato de registro passou a vigorar a partir da Lei 12.034/2009 (BRASIL, 2009).

18 - Disponível em: <[https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/seai/r/sig-candidaturas/home?p0\\_ano=2018&session=103417010300460](https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/seai/r/sig-candidaturas/home?p0_ano=2018&session=103417010300460)>. Acesso em: 19 dez. 2022.

19 - Disponível em: <[https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/seai/r/sig-eleicao-eleitorado/home?p0\\_ano=2018&session=103417010300460](https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/seai/r/sig-eleicao-eleitorado/home?p0_ano=2018&session=103417010300460)>. Acesso em: 19 dez. 2022.

20 - Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/agencia/infograficos-html5/composicao-camara-2019/index.html#text4>>. Acesso em: 24 ago. 2021.

21 - Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/74571/biografia>>. Acesso em 22 dez. 2022.

22 - Disponível em: <<https://atarde.com.br/politica/pelegrino-assume-secretaria-de-desenvolvimento-urbano-1102463>>. Acesso em 22 dez. 2022.

23 - Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/74574/biografia>>. Acesso em 22 dez. 2022.

24 - Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/209189/biografia>>. Acesso em 22 dez. 2022.

25 - Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/213679/biografia>>. Acesso em 22 dez. 2022.

26 - Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/214865/biografia>>. Acesso em 22 dez. 2022.

27 - Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/178862/biografia>>. Acesso em 22 dez. 2022.

28 - Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/politica/bolsonaro-nomeia-deputado-joao-roma-do-republicanos-como-novo-ministro-da-cidadania/>>. Acesso em 22 dez. 2022

29 - Estamos considerando que os deputados permaneceram no cargo por toda legislatura, ou seja, 4 anos.

30 - Na aba Quem são os deputados por portal da Câmara consta que Sérgio Brito foi deputado pelo PFL, PDC, PDT, PSC e PSD. Na aba Sérgio Brito – Biografia consta que já esteve vinculado, também, ao PMDB. Conferir em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/quem-sao/resultado?search=&partido=&uf=BA&legislatura=&sexo=&pagina=2>> e <<https://www.camara.leg.br/deputados/73808>>. Disponível em: 19 dez. 2022.

31 - Estamos considerando que os deputados permaneceram no cargo por toda legislatura, ou seja, 4 anos.

32 - Na aba Quem são os deputados por portal da Câmara consta que Arthur Maia foi deputado pelo PMDB, SDD, SD, DEM e UNIÃO. Na aba Arthur Maia – Biografia consta que já esteve vinculado, também, ao PPS. Conferir em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/quem-sao/resultado?search=&partido=&uf=BA&legislatura=&sexo=&pagina=1>> e <<https://www.camara.leg.br/deputados/160600/biografia>>. Disponível em: 19 dez. 2022.

33 - Disponível em: <<https://fpagropecuaria.org.br/historia-da-fpa/>>. Acesso em: 24 ago. 2021.

34 - Disponível em: <<https://fpagropecuaria.org.br/todos-os-membros/>>. Acesso em: 25 ago. 2021

35 - Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/comunicacao/assessoria-de-imprensa/guia-para-jornalistas/comissoes>>. Acesso em: 22 dez. 2022.

## Referências

AUGUSTO, Daniel Cirilo; SILVA, Márcia da. Considerações sobre a decisão do voto em diferentes escalas de pleitos eleitorais. In: I CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA, GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO, 1., 2014, Rio de Janeiro. **Anais I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território**. Rio de Janeiro: REBRAGEO, 2014. P. 1131-1138. Disponível em: <<https://www.editoralettera1.com.br/anais-congeo/arquivos/978-85-63800-17-6-p1131-1138.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2020.

BRASIL. Lei n.º 12.034, de 29 de setembro de 2009. Altera as Leis n.º 9.096, de 19 de setembro de 1995 - Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 set. 2009. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Ato da Mesa n.º 69, de 10 de novembro de 2005. Cria o registro de Frentes Parlamentares na Câmara dos Deputados. **Diário da Câmara dos Deputados, Poder Legislativo**, Brasília, DF, 11 nov. 2005. Ano LX – Suplemento B, n.º 197, p. 8.

BRASIL. Lei n.º 9.504, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 1 out. 1997. Seção 1, p. 21.801.

BRASIL. Lei n.º 9.096, de 19 de setembro de 1995. Dispõe sobre partidos políticos e regulamenta os Artigos 17º e 14º, § 3º, inciso V da Constituição Federal. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 set. 1995. Seção 1, p. 14.545.

BRASIL. Lei Complementar n.º 78, de 30 de dezembro de 1993. Disciplina a fixação do número de deputados, nos termos do art. 45, § 1º, da Constituição Federal. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília-DF, 5 jan. 1994. Seção 1, p. 77.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, de 5 de outubro de 1988. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 out. 1988. Seção 1, p. 1.

CASTILHO, Alceu Luís. O agro é lobby: a bancada ruralista no Congresso. In: SANTOS, Maureen. GLASS, Verena (Orgs.). **Atlas do agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2018. (p. 40-41).

\_\_\_\_\_. **Partido da terra:** como os políticos conquistam o território brasileiro. São Paulo: Contexto, 2012.

CASTRO, Iná Elias. de. **Geografia e política:** território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

ELOI, Merilande de Oliveira Soares; PITTA, Alexandre de Carvalho. Contextos, desafios e possibilidades: reflexões iniciais acerca da unidade suplementar nos cursos técnicos do IF Baiano campus Santa Inês como alternativa de organização pedagógica nos tempos de pandemia Covid-19. In: PENA, Patrícia Carla Alves; MALTA, Arlene Andrade; LIMA, Aline dos Santos. (Orgs). **Educação e diversidade:** experiências de articulação do ensino com a pesquisa e a extensão na formação de educadores e educadoras do Vale do Jiquiriçá. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. p. 169-190. Disponível em: <<https://pedrojoaoeditores.com.br/site/educacao-e-diversidade-experiencia-de-articulacao-do-ensino-com-a-pesquisa-e-a-extensao-na-formacao-de-educadores-e-educadoras-do-vale-do-jiquirica/>>. Acesso em: 26 abr. 2021.

GeografAR. Leitura Geográfica da Estrutura Fundiária da Bahia. **Banco de Dados.** Salvador, 2020. Disponível em: <[www.geografar.ufba.br](http://www.geografar.ufba.br)>. Acesso em: 4 dez. 2022.

GERMANI, Guiomar Inez. **Questão Agrária Pés no Chão Ano IV – Questão Agrária e Grandes Projetos de Investimentos na Bahia:** teoria, processos e conflitos. Relatório técnico de Programa de Extensão. Salvador-BA: PROEXT/UFBA, 2021. (Edital PAEXDoc UFBA 2020).

\_\_\_\_\_. Questão agrária e movimentos sociais: a territorialização da luta pela terra na Bahia. In: COELHO NETO, Agripino Souza. SANTOS, Edinusia Moreira Carneiro. SILVA, Onildo Araujo da. (Coord). **(Geo)grafias dos movimentos sociais.** Feira de Santana: Ed. da UEFS, 2010. 269-304.

\_\_\_\_\_. Condições históricas e sociais que regulam o acesso a terra no espaço agrário brasileiro. **GeoTextos:** revista da Pós-Graduação em Geografia, Salvador-BA, vol. 2, n. 2, p. 115-148, dez. 2005. Disponível em: <[https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/geografar\\_germani\\_condic\\_oeshistoricassociaacessoterra\\_0.pdf](https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/geografar_germani_condic_oeshistoricassociaacessoterra_0.pdf)>. Acesso em: 6 jun. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017.** Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br>> Acesso em 15 set. 2021.

\_\_\_\_\_. Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba.html>> Acesso em 01 jul. 2021.

INDRIUNAS, Luís; CASTILHO, Alceu Luís. **Raio X da bancada ruralista**. De olho nos Ruralistas, 2021. Disponível: <<https://www.youtube.com/watch?v=E11-dnLylHA>>. Acesso em: 06 dez. 2021.

LIMA, Aline dos Santos. **Geografando os parlamentares federais baianos: legislatura 2019-2022 e a produção do espaço agrário**. Santa Inês-BA: IF Baiano, 2021. (Edital n.º 105, de 16 de agosto de 2021 – Concessão de bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/IF Baiano) – Chamada Interna PROPES Nº 08/2021).

\_\_\_\_\_. **A territorialização do capital na lavoura de mandioca: a educação pelo trabalho da Aliança Estratégica do Amido no município de Laje (BA)**. Salvador: UFBA, 2017. (Doutorado em Geografia).

PCD. Portal da Câmara dos Deputados. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/>>. Acesso em: 01 dez. 2021.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **De Eleições e de Política**. Santa Catarina: UFSC, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/218187/De%20Eleicoes%20e%20de%20Politica.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 12 jan. 2021.

RODRIGUES, Rosângela Lima de Neves; SOUZA, André Leonardo Vasconcelos; NASCIMENTO, Nelian Costa. Nova Ordem Educacional: Atividades Pedagógicas Não Presenciais nos Cursos de Graduação do Instituto Federal Baiano Campus Santa Inês. In: PENA, Patrícia Carla Alves; MALTA, Arlene Andrade; LIMA, Aline dos Santos. (Orgs). **Educação e diversidade: experiências de articulação do ensino com a pesquisa e a extensão na formação de educadores e educadoras do Vale do Jiquiriçá**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. p. 191-212. Disponível em: <<https://pedroejoaoeditores.com.br/site/educacao-e-diversidade-experiencia-de-articulacao-do-ensino-com-a-pesquisa-e-a-extensao-na-formacao-de-educadores-e-educadoras-do-vale-do-jiquirica/>>. Acesso em: 26 abr. 2021.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: EdUSP, 2012. (Coleção Milton Santos; 8).

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço: técnica e tempo; razão e emoção**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

STEDILE, João Pedro. Questão Agrária. In: CALDART, Roseli Salette. et. al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 641-646.

\_\_\_\_\_. Introdução. In: STEDILE, João Pedro. (Org.) **A questão agrária no Brasil**: o debate tradicional – 1500-1960. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. (p. 15-31).

TSE. Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/>>. Acesso em: 01 dez. 2021.

# Apêndices

## Apêndice A – Deputados eleitos em 2018 para 56º Legislatura e reeleitos em 2022 para 57º Legislatura

Nº	Nome completo	Reeleitos
1	Adolfo Viana de Castro Neto	X
2	Afonso Bandeira Florence	X
3	Alex Marco Santana Sousa	X
4	Alice Mazzuco Portugal	X
5	Anderson Machado de Jesus	
6	Antônio Luiz Paranhos Ribeiro Leite de Brito	X
7	Arthur de Oliveira Maia da Silva	X
8	Carlos Felipe Vazquez de Souza Leão	
9	Carlos Tito Marques Cordeiro	
10	Charles Fernandes Silveira Santana	
11	Cláudio Sampaio Cajado	X
12	Daniel Gomes de Almeida	X
13	Dayane Jamille Carneiro dos Santos Pimentel	
14	Elmar José Vieira Nascimento	X
15	Felix de Almeida Mendonça Júnior	X
16	João Carlos Bacelar Batista	X
17	João Carlos Paolilo Bacelar Filho	X
18	João Inácio Ribeiro Roma Neto	
19	Jorge José Santos Pereira Solla	X
20	José Abílio Silva de Santana	
21	José Alves Rocha	X
22	José Cerqueira de Santana Neto	X
23	José Marcelo do Nascimento Nilo	
24	José Nunes Soares	
25	Josias Gomes da Silva	
26	Leur Antônio de Britto Lomanto Júnior	X
27	Lídice da Mata e Souza	X
28	Manoel Isidorio de Santana Júnior	X
29	Márcio Carlos Marinho	X
30	Mário Silvio Mendes Negromonte Júnior	X
31	Nelson Vicente Portela Pellegrino	
32	Otto Roberto Mendonça de Alencar Filho	X
33	Paulo Velloso Dantas Azi	X
34	Raimundo Magalhães Costa	X
35	Ronaldo Carletto	
36	Sérgio Luis Lacerda Brito	X
37	Uldurico Alencar Pinto	
38	Valmir Carlos da Assunção	X
39	Waldenor Alves Pereira Filho	X

Fonte: PCD (2022).

Elaboração: Aline dos Santos Lima.

## Anexo B – Quadro apresentado pela mediadora na Roda de Conversa

Candidato vice	Sigla	Partido/coligação	Responsável
Paulo Rabello (Paulo Rabello de Castro)	PSC	Mudança de verdade	Samilla Cruz Castro/Geografia 2014
Professora Suelene Balduino (Suelene Balduino Nascimento)	PATRI	PATRI	Ozzyries Dimitrius A. Pinheiro Braga/TAE IF
Kátia Abreu (Kátia Regina de Abreu)	PDT	Brasil soberano	Amanda Jacinta dos Santos/Geografia 2014
Helvio Costa (Helvio Costa de Oliveira Telles)	DC	DC	Clóvis Costa dos Santos/TAE IF
Manuela (Manuela Pinto Vieira D'Ávila)	PC do B	O povo feliz de novo	Sílvio Márcio Montenegro Machado/Professor EBTT
Ana Amélia (Ana Amélia de Lemos)	PP	Para unir o Brasil	Leonardo Teixeira Sousa/Professor EBTT
Sonia Guajajara (Sonia Bone de Sousa Silva Santos)	PSOL	Vamos sem medo de mudar o Brasil	Mirele Saiara Santos Ribeiro/Geografia 2014
Germano Rigotto (Germano Antônio Rigotto)	MDB	Essa é a solução	Loise Leal da Hora Silva/Geografia egressa
General Mourão (Antônio Hamilton Martins Mourão)	PRTB	Brasil acima de tudo, Deus acima de todos	Israel Carlos Pereira dos Santos/Geografia 2014
Professor Christian (Christian Lohbauer)	NOVO	NOVO	Artur Chagas de Souza Carneiro/Professor EBTT
Léo da Silva Alves	PPL	PPL	Angela Andrade Calhau/Geografia egressa
Eduardo Jorge (Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho)	PV	Unidos para transformar o Brasil	Cátia Cilene Farago/Professora EBTT
Hertz (Hertz da Conceição Dias)	PSTU	PSTU	Yasmin Dias Correria Marques
			Renata Tanan dos Santos

Fonte: Fonte: TSE, 2018 (<http://www.tse.jus.br/eleicoes/>).  
Elaboração: Aline dos Santos Lima.

A publicação **Questão agrária e produção do espaço – Geografando os parlamentares federais baianos: legislatura 2019-2022 e a produção do espaço agrário** foi elaborada por integrantes do Grupo de Pesquisa em Questões Agrárias do IF Baiano (NEQA-IF Baiano/CNPq) a partir das atividades do projeto de pesquisa “Geografando os parlamentares federais baianos: legislatura 2019-2022 e a produção do espaço agrário” – Edital n.º 105, de 16 de agosto de 2021 – Concessão de bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/IF Baiano) – Chamada Interna PROPES Nº 08/2021). Vigência projeto: 10/2021 até 09/2022.

Equipe responsável:

Aline dos Santos Lima (coordenadora)

Thaissa Soares Oliveira (bolsista)

Angela Andrade Calhau (vice-coordenadora)

Aila Cristina Costa de Jesus (colaboradora externa/voluntária)

Bruno Mercante Lourenço (colaborador externo/voluntário)